

DOCUMENTOS • Nº 9

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
“A QUESTÃO PALESTINA E A PAZ NO MÉDIO ORIENTE”
LISBOA, 2 DE JUNHO DE 2012**



EDIÇÃO 1

AGOSTO DE 2012



O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – promoveu a realização, no dia 2 de junho de 2012, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, de um Seminário Internacional subordinado ao tema “A Questão Palestina e a Paz no Médio Oriente”.

Neste documento reunimos todas as intervenções feitas no Seminário, da autoria de:

- Maria do Céu Guerra, Presidente do MPPM, que conduziu os trabalhos e fez a intervenção inicial
- Embaixador Abdou Salam Diallo, Presidente do Comité da ONU para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino
- Embaixador Riyad Mansour, Representante Permanente da Palestina na ONU
- Silas Cerqueira, Secretário para as Relações Internacionais do MPPM
- Pedro Pereira Leite, Professor da Universidade Lusófona e Investigador do C.E.S. da Universidade de Coimbra
- Carlos Matos Gomes, Coronel do Exército na Reserva
- José Manuel Goulão, Jornalista
- Carlos Almeida, membro da Direção Nacional do MPPM

Registamos, ainda:

- Saudações de boas-vindas pelo Reitor da Universidade Lusófona, Mário Moutinho, e pelo membro do Conselho de Administração da Universidade, Faria Ferreira
- Mensagem do General Ramalho Eanes, ex-Presidente da República
- Intervenções dos representantes da CGTP-IN e do CPPC
- Documento Final do Seminário
- Relato da visita a Lisboa feito pelo Embaixador Diallo ao Comité das Nações Unidas pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino e carta de agradecimento ao MPPM

MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

Rua Silva Carvalho, 184 – 1º Dtº | 1250-258 Lisboa | Tel 213 889 076 | Fax 213 889 136 | NIPC: 508267030
mppm.palestina@gmail.com | www.mppm-palestina.org | www.facebook.com/MPPM.Movimento.Palestina



SAUDAÇÃO DO PROF. DOUTOR MÁRIO MOUTINHO¹

Obrigado a todos por terem vindo.

É um prazer para a Universidade Lusófona acolher esta reunião acerca da questão palestina, que é um grande desafio para toda a Humanidade.

Tem a ver com o presente, tem a ver com o futuro, diz respeito a todos nós.

Faz parte da nossa responsabilidade social partilhada a reflexão sobre estas questões dentro do meio académico. Gostaríamos que fosse bem mais desenvolvida do que normalmente é, mas contribuímos na medida em que podemos e, neste caso especial, apoiamos esta iniciativa e esta discussão em Portugal por nos parecerem particularmente importantes.



SAUDAÇÃO DO PROF. DOUTOR FARIA FERREIRA²

É com a maior honra que, como membro da Direção desta Universidade, em nome do seu Presidente, Prof. Manuel Damásio, o represento nesta abertura do importante Seminário Internacional para a Questão Palestina e a Paz no Médio Oriente.

Senhor Reitor, Prof. Mário Moutinho
Maria do Céu Guerra, Presidente da Direção do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
Senhores Embaixadores
Senhor Prof. José Fialho, Pró-Reitor da Extensão

¹ O Prof. Doutor Mário Moutinho é Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

² O Prof. Doutor Faria Ferreira é membro do Conselho de Administração do Grupo Lusófona e representava o seu presidente, Prof. Doutor Manuel Damásio

Universitária
Professora Manuela Carrasco
Senhores convidados

Elementos que ajudaram nesta organização, nomeadamente Dr^a Teresa Candeias, Dr^a Sónia Luís, Dr^a Madalena Brás, Sr. João Figueira, Sr. João Viana, D^a Isabel Diogo, Sr. Vítor Dinis, D^a Guilhermina

Senhores participantes

Minhas senhoras e meus senhores:

Sejam bem-vindos a esta Universidade e a este Seminário.

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, como uma instituição essencialmente lusófona, é o mesmo tempo universal tudo quanto ao ser humano diga respeito. No seu símbolo, aliás, está expresso isso mesmo: tudo o que ao ser humano diz respeito não é alheio à Universidade Lusófona.

Por isso, com todo o prazer, acolhe e dá todo o apoio a este Seminário, desejando o maior êxito para a discussão dos temas aqui tratados, e de cujas conclusões se esperam resultados otimistas e mensagens de esperança para a tão almejada paz entre aqueles povos do Médio Oriente.

A Universidade Lusófona está sempre aberta a todas as iniciativas de ordem científica, cultural, social, política, etc., que possam ter como objetivo a contribuição para um mundo melhor.

Parabéns aos organizadores, muito obrigado a todos.





INTERVENÇÃO DE MARIA DO CÉU GUERRA³

Como presidente do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, cumpre-me dar as boas-vindas e agradecer a presença do senhor Embaixador Abdou Salam Diallo, Presidente do Comité das Nações Unidas pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino e Representante Permanente do Senegal na ONU, e do senhor Embaixador Riyad Mansour, Observador Permanente da Palestina na ONU; agradecer, também, a presença dos senhores Embaixadores da Palestina, da Tunísia e do Senegal em Lisboa; agradecer, nas pessoas do Prof. Doutor Mário Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona, e do Prof. Doutor Faria Ferreira, o acolhimento que tivemos aqui; agradecer, também, a todos vós, participantes e espectadores – se é que há espectadores nesta luta - a vossa presença nesta sessão de luta e também de esperança - de esperança no resultado desta luta, que é aquilo que nos move, de esperança que sejam consagrados os direitos à terra, à paz e à liberdade do povo palestino.

O MPPM radica as suas origens no abaixo-assinado “Não ao Muro de Sharon!”, iniciado em finais de Fevereiro de 2004, nos dias em que se reunia sobre a questão o Tribunal Internacional de Justiça de Haia. Na altura recolheu adesões de personalidades portuguesas até Abril, quando foi dado a conhecer, em versão inglesa, aos participantes da «Reunião Internacional das Nações Unidas sobre o impacto da construção do Muro no Território Palestino Ocupado, incluindo em Jerusalém e à sua volta» que decorreu em Genebra, em 15 e 16 de Abril de 2004.

Em Junho de 2005, num texto que é considerado o documento fundador do MPPM, um leque significativo de individualidades, fundamenta a necessidade de constituição de um movimento português para defesa

dos direitos do povo palestino definindo, desde logo, o que deverão ser as suas linhas de orientação. E assim nasce o MPPM que é, por estatuto, uma organização não-governamental, democrática e apartidária, de solidariedade internacional, que visa promover, no plano da opinião pública, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas, o apoio à criação, nos territórios da Palestina ocupados por Israel desde 1967, de um Estado da Palestina, independente e soberano, com uma solução justa para a questão de Jerusalém e para a questão dos refugiados palestinos, bem como o apoio ao estabelecimento de uma paz global e duradoura no Médio Oriente. Isto, porque o MPPM não entende a luta pela paz na Palestina sem a luta pela paz no Médio Oriente.

A luta pela Palestina é uma questão que abrange sete milhões e meio de refugiados e deslocados; um milhão e meio de palestinos cercados em Gaza, bloqueados, sem trabalho, agredidos, com as suas casas destruídas pela guerra; são os 700 km de muro de separação declarado internacionalmente ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia em 2004, muro que inviabiliza cruelmente a vida diária; são os 7.500 mortos por Israel; são os mais de 35.000 hectares de terrenos confiscados; é o seu território internacionalmente reconhecido invadido por cerca de 500.000 colonos, distribuídos em colonatos, incluindo em Jerusalém, e cujo número avança diariamente; são também as suas 25.000 casas destruídas em todo o território; e os seus 5.000 presos políticos nas cadeias de Israel, na sua maioria sem julgamento, muitos sem culpa formada, em cadeias de onde se está sem quaisquer direitos, e de onde se sai paralisado, às vezes louco, após semanas e semanas de interrogatórios ininterruptos e de tortura.

Nós o que temos a desejar, com a vossa presença aqui, é que nos ajudem a cumprir os objetivos do nosso movimento, que nos ajudem a informar, a mobilizar a opinião pública contra o genocídio de que, desde 1948, o povo palestino é vítima e de que o mundo é testemunha passiva e, portanto, cúmplice.

E como acreditamos que no caminho da paz, da justiça e da solidariedade não existem passos perdidos nem problemas insolúveis, nós todos que participámos e trabalhamos os sonhos do fim do colonialismo, do fim da guerra do Vietname – e ela acabou, de ver cair o *apartheid* - e ele caiu, que trabalhamos pela libertação de Timor – e hoje Timor é livre, nós temos razões para acreditar no caminho da paz e da justiça, para acreditar que estamos no caminho certo e que este movimento, que está a ser ajudado por vós, vos ajudará também e vos estimulará a cumprir para com a Humanidade o vosso compromisso, aceite desde 1947, de apoiar a causa nacional do povo palestino.

Muito obrigada.

³ Maria do Céu Guerra é Atriz e Encenadora e Presidente da Direção Nacional do MPPM

MENSAGEM DO GENERAL RAMALHO EANES⁴

ANTÓNIO RAMALHO EANES

Tendo em consideração os propósitos do “Seminário Internacional sobre a Questão Palestina e a Paz no Médio Oriente”, especificamente nas intervenções do Presidente do Comité das Nações Unidas, Sr. Embaixador Abdou Salam Diallo, e do Observador Permanente da Palestina junto das Nações Unidas, Sr. Embaixador Ryad Mansour, desejo o maior sucesso a este encontro promovido pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

E desejo que contribua para melhor esclarecer Portugal, a Europa e o mundo do drama palestino e da responsabilidade que ao mundo cabe na persistência dessa dramática situação. Que contribua, ainda, para mobilizar a opinião pública europeia, em especial, para a resolução da questão palestiniana, que exige, em primeira instância, o reconhecimento internacional do Povo palestino a um território, que responda às decisões da ONU, sob o qual exerça o seu poder político soberano, através de um Estado legitimado pela expressão democrática da sua vontade política.

Convencido estou, como convencido estava, quando, desempenhando funções de responsabilidade política, recebi o falecido Presidente Yasser Arafat – tendo em consideração a tradição cultural portuguesa –, de que a maioria dos portugueses estará interessada na resolução definitiva e estável do problema palestino, defendendo a criação de um Estado soberano, Estado que tenha uma comunicação dialógica aberta com todos os Estados da região, e contribua para a tão almejada paz e estabilidade no Médio Oriente.



Lisboa, 1 de Junho de 2012

⁴ O General António Ramalho Eanes foi Presidente da República Portuguesa entre 1976 e 1986. Nessa qualidade recebeu Yasser Arafat quando este se deslocou a Portugal para participar na “Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central: a Palestina”, realizada em Lisboa entre os dias 2 e 6 de novembro de 1979

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR ABDOU SALAM DIALLO⁵

Caros amigos
Senhoras e senhores,

Em nome do Comité das Nações Unidas pelo Exercício



dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, gostaria de expressar nossos sinceros agradecimentos ao Movimento Português pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Oriente Médio pela organização deste evento e pela oportunidade de me dirigir a vós.

Como membro da União Europeia e, atualmente, também, como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Portugal desempenha um papel importante na promoção dos esforços internacionais para resolver o conflito israelo-palestino e para alcançar a paz no Médio Oriente. Corretamente, Portugal considera a criação de um Estado da Palestina, independente e soberano, nas fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital, como a pedra angular de qualquer solução justa, em conformidade com o direito internacional.

Na ausência de progresso nas negociações permanente entre as partes, Portugal apoia os esforços para reconhecer o Estado da Palestina. Já em 2010, Portugal elevou o estatuto da representação diplomática palestina para o de uma Missão. O vosso primeiro-ministro também expressou o seu apoio à promoção do estado da Palestina, perante a Assembleia Geral na ONU, em setembro passado.

O Comité que tenho a honra de representar aqui como seu presidente partilha as posições de Portugal e da União Europeia com o objetivo de chegar a uma solução de dois Estados, com Israel e Palestina vivendo lado a lado em paz e segurança. Apelamos também para uma reconciliação rápida das principais fações palestinas, na medida em que uma liderança palestina unificada é central para concretizar a solução de dois Estados. O nosso Comité tem,

consistentemente, condenado os ataques visando indiscriminadamente alvos civis, de ambos os lados.

Senhoras e senhores,

O nosso Comité, que compreende 25 membros e 24 observadores, foi criado em 1975 pela Assembleia Geral para promover a realização, por parte do povo palestino, dos seus direitos nacionais, nomeadamente:

- O direito à autodeterminação
- O direito à independência e soberania nacionais, e
- O direito dos palestinos a voltar para suas casas e propriedades de que foram deslocados e desenraizados.

O mandato do Comité inclui a realização de reuniões e conferências internacionais, em diferentes regiões do mundo, para aumentar a consciencialização sobre os diferentes aspetos da questão da Palestina. Nós terminámos, ontem, em Paris, uma dessas conferências, que incidiu sobre o papel da comunidade internacional, incluindo a sociedade civil, na capacitação de jovens e mulheres palestinos.

Com a preciosa ajuda da Divisão dos Direitos Palestinos, que serve como sua unidade de Secretariado, monitoramos a situação no terreno e reportamos à Assembleia Geral. O Comité tem também um programa de publicações muito úteis sobre a questão da Palestina, incluindo uma presença permanente na Internet, no Facebook e no Twitter, promovendo a sensibilização internacional para os principais obstáculos no caminho de uma resolução pacífica do conflito.

Particularmente preocupante é a campanha, cada vez mais intensa, de construção, por Israel, de colonatos ilegais, em Jerusalém Oriental e no resto da Cisjordânia. Ao continuar a criar factos consumados, o Governo israelita está a destruir, rapidamente, as perspectivas para a solução de dois Estados baseada nas fronteiras pré-1967.

Além disso, os colonatos têm um efeito devastador sobre as condições de vida do povo palestino sob ocupação. Ao mesmo tempo, a violência dos colonos contra os palestinos, o vandalismo e o assédio estão numa escalada, com total impunidade.

Israel continua, também, a prosseguir a sua campanha ilegal de demolições de casas e de expulsão de palestinos de Jerusalém Oriental e da Área C, na Cisjordânia.

O nosso Comité apela ao Governo israelita para parar, de imediato, todas as atividades de construção de colonatos, para dismantelar os postos avançados, e para cumprir as suas obrigações como potência ocupante para proteger os civis palestinos. Pedimos

⁵ O Embaixador Abdou Salam Diallo é o Representante Permanente do Senegal nas Nações Unidas e é o Presidente do Comité das Nações Unidas pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino.

também ao Conselho de Segurança, como o guardião da paz e da segurança internacionais, para tomar as medidas necessárias para salvaguardar a solução de dois Estados.

Além disso, o Comité segue com grande preocupação a situação dos prisioneiros políticos palestinos em prisões e instalações de detenção israelitas. Uma reunião internacional convocada pelo Comité, em abril, em Genebra, chamou a atenção para esta questão e apelou a Israel para aderir às normas do direito internacional humanitário e dos direitos humanos. Todos nós seguimos com emoção a greve de fome maciça de prisioneiros políticos palestinos e ficamos aliviados quando um acordo com as autoridades israelitas satisfaz a maior parte das suas exigências. Os presos vão continuar a ser objeto de atenção do Comité até que a questão seja resolvida em conjunto com todas as outras questões sobre o estatuto permanente.

Nos nossos corações está também o destino dos milhões de refugiados palestinos. Nenhuma paz será alcançada no Médio Oriente sem uma solução justa dessa questão. O nosso Comité considera que uma solução duradoura para o problema dos refugiados da Palestina só pode ser alcançada no contexto do seu inalienável direito de retorno às casas e propriedades dos quais foram deslocados, de acordo com resolução da Assembleia Geral 194.

Caros amigos,

Senhoras e Senhores,

O povo palestino tem sofrido muito por muito tempo. O *status quo* é inaceitável. A comunidade internacional, os atores governamentais parecem ser lentos a encontrar a determinação necessária para enfrentar os complexos problemas da região. Para complementar o nosso trabalho, o Comité implementa um programa de cooperação com a sociedade civil. Organizações como o vosso Movimento existem em muitos países. Elas têm um papel muito importante a desempenhar na formatação das políticas nacionais para o conflito no Médio Oriente e para a questão da Palestina, em particular.

O vosso trabalho de divulgação e as ações para mobilizar e educar a opinião pública são indispensáveis para se avançar no caminho da obtenção da paz no Médio Oriente. Cerca de 800 ONGs estão credenciadas pelo Comité. Os nossos programas ajudam-nos a manter contactos, a coordenar iniciativas, a aprender uns com os outros e a implementar estratégias comuns. Eu gostaria de encorajá-los a ler mais sobre nosso Comité e os nossos programas para a sociedade civil e a participar em algumas das atividades do Comité. Podem encontrar-nos na Internet, no Facebook e no Twitter.

Desejo-lhes força, determinação e todo o sucesso nos seus esforços para apoiar os direitos do povo palestino e a paz no Médio Oriente.

Obrigado.



INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR RIYAD MANSOUR⁶



Eu gostaria de juntar a minha voz à do Presidente do Comité⁷, Embaixador Diallo, para expressar a nossa

⁶ O Embaixador Riyad Mansour é o Representante Permanente da Palestina nas Nações Unidas

⁷ Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino

gradidão ao MPPM por organizar este evento e por nos convidar a vir a Lisboa. E agradecer-vos a vós por estarem aqui, num sábado à tarde, para ouvir falar de um assunto complexo. É nossa obrigação torná-lo tão simples quanto possível e mantê-los atentos. Não é uma tarefa fácil, mas farei o meu melhor. Quero também agradecer à Direção da Universidade⁸, incluindo o seu Reitor e o membro do Conselho de Administração que nos deu as boas-vindas.

O povo palestino e os seus governantes olham para vós em Portugal – povo, governo e representantes dos partidos políticos e da sociedade civil – como amigos.

Nós chegámos hoje de manhã, deixámos a nossa bagagem no hotel e dirigimo-nos de imediato para a Assembleia da República onde nos encontramos com representantes de todos os grupos parlamentares. Partilharei convosco o que lhes transmitimos e o que cremos que será apoiado pelo povo português.

Irei cobrir três assuntos: (1) Tentarei, de uma forma tão breve, concisa e clara quanto possível, traçar-lhes

⁸ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

um retrato da situação atual nos territórios palestinos ocupados, isto é, da situação política tal como se apresenta agora; (2) O segundo assunto de que lhes falarei é do que o povo palestino e os seus dirigentes estão a fazer em relação a essa situação; (3) E o terceiro tema que partilharei convosco é o que esperamos de vós, como povo de Portugal, como representantes da sociedade civil, tal como discutimos com os representantes dos grupos parlamentares na Assembleia da República.

O distinto membro do Conselho de Administração⁹ exprimiu a vontade de que houvesse uma mensagem de esperança no final deste Seminário. Espero que, depois de eu terminar a minha apresentação, tirem as suas próprias conclusões sobre se lhes estou a dar esperança ou algo diferente.

A situação no terreno é uma situação de impasse no processo político. É minha obrigação apresentar-lhes os factos tal como eles são e não tentar colorir-los de acordo com os nossos desejos e vontades. A situação política está num impasse apenas porque Israel se recusa a respeitar o direito internacional e a cumprir as suas obrigações ao abrigo do Roteiro para a Paz. Apesar dos árduos esforços do povo palestino e dos seus governantes para negociar com Israel de boa-fé, Israel optou por não respeitar o direito internacional e as suas obrigações.

Em particular no que respeita aos colonatos, há um consenso global, há um acordo de todos os países, incluindo Portugal, incluindo os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, incluindo os Estados Unidos, de que os colonatos são ilegais, ilegítimos e, sobretudo, um obstáculo para a paz e, como tal, a sua construção nos territórios palestinos ocupados deve cessar. Mas Israel recusa-se a honrar as suas obrigações para com o direito internacional e parar com as suas atividades ilegais de construção de colonatos.

O dilema com que nos deparávamos era este: nós estávamos a negociar e Israel estava a criar factos consumados, ilegais, no terreno, sem ser chamado à responsabilidade por essas atividades. Portanto, que incentivo tinha Israel para alterar o seu comportamento? Nós temos estado a negociar há 19 anos. No próximo ano cumprem-se 20 anos desde Oslo. Nós negociamos, eles criam factos consumados ilegais no terreno. E querem continuar a negociar connosco para sempre, enquanto continuam a ocupar as nossas terras e a construir nelas colonatos ilegais.

Isto não é uma receita para a paz, isto não é uma receita para negociações aceites, isto é uma receita para o desastre, isto é uma receita para o fracasso. E se nos perguntarem “então por que negociaram no passado enquanto eles estavam a construir

colonatos?” a nossa resposta é dupla: Em primeiro lugar, errámos, não o devíamos ter feito; em segundo lugar, a evolução da campanha de colonatos, em que há agora mais de 180 colonatos, alguns deles verdadeiras cidades, e mais de 100 postos avançados ilegais, com mais de 600.000 colonos na Margem Ocidental e em Jerusalém Leste.

É por isto que nós agora dizemos que não negociaremos enquanto persistir a colonização. Fizemo-lo, no passado, para salvar a solução dos dois estados, mas se não os fizerem parar, se não nos ajudarem a fazê-los parar, podem esquecer a solução dos dois estados e então iremos para algo de diferente. Esta política de todos nós, toda a comunidade internacional, dizemos as coisas certas e Israel fazer as coisas erradas, continuando a construir colonatos ilegais, falhou e não pode continuar a ser defendida.

O último esforço do nosso lado, do lado dos nossos dirigentes, para tentar salvar a solução dos dois estados e tentar trazer algum senso à mente dos dirigentes israelitas, está refletido na carta que o Presidente Abbas dirigiu a Netanyahu. No essencial, nessa carta nós dizíamos aos israelitas que o atual estado de coisas não pode continuar – ou eles respeitam o direito internacional e param a construção de colonatos, para que possamos negociar as seis questões finais (fronteiras, segurança, Jerusalém, refugiados, colonatos e água) ou a solução dos dois estados estará seriamente em perigo. A resposta do primeiro-ministro Netanyahu não foi acolhedora para a nossa carta.

É por isso que, mesmo apesar do nosso último esforço, o processo político está num impasse. E é nossa responsabilidade coletiva, de todos nós, encontrar maneiras práticas e medidas eficazes para levar Israel a cumprir a lei, ou então todos seremos responsáveis pela destruição da solução dos dois estados.

Não vou entrar em detalhes sobre a destruição de casas e todas as outras coisas de que a nossa Presidente¹⁰ deu conta na sua apresentação. Presumo que são um grupo bem informado e que conhecem os detalhes do que as autoridades de ocupação estão a fazer, em violação dos direitos do povo palestino, nos territórios ocupados, incluindo Jerusalém.

Então, o que estão a fazer o povo palestino e os seus dirigentes em relação a esta situação? É claro que a situação é extremamente frustrante. Nós estamos a posicionar-nos em três planos. Alguns deles estão a ser preparados para o momento em que sejamos forçados a fazer o que tiver que ser feito, tal como em muitos países à nossa volta, especialmente no contexto da chamada “primavera árabe”. Falarei disso

⁹ Prof. Doutor Faria Ferreira, do Conselho de Administração da COFAC

¹⁰ Maria do Céu Guerra, Presidente do MPPM, que também presidiu ao Seminário

quando chegar ao item número dois. Mas primeiro deixem-me falar-lhes do item número um.

Item número um: precisamos de pôr a nossa casa em ordem. Finalmente, conseguimos um acordo viável entre os nossos irmãos de Gaza, do Hamas, e a direção da OLP, e iniciámos o processo de reconciliação.

Este acordo, cuja implementação se iniciou apenas há poucos dias, no dia 27 do mês passado¹¹, começou com o envio da Comissão Central Eleitoral a Gaza para conduzir o processo de atualização dos cadernos eleitorais de modo a permitir a realização de eleições. Isto porque, nos últimos seis anos, os cadernos eleitorais das 296 secções de voto de Gaza não foram atualizados – algumas pessoas morreram, outras atingiram a idade de poder votar. Por isso, precisamos de atualizar os cadernos eleitorais de Gaza como o fazemos, numa base semanal, na Margem Ocidental. Logo que os cadernos estejam atualizados por toda a Palestina, o Presidente pode publicar um decreto fixando a data das eleições.

A par disto, o Presidente Mahmoud Abbas, que é o primeiro-ministro indigitado, iniciou o processo de consultas para formar o governo transitório de reconciliação que, durante seis meses, irá preparar as eleições e iniciar o processo de reconstrução de Gaza. Esperamos que este governo possa ser constituído e anunciado dentro de duas ou, no máximo, três semanas – algures entre 10 e 20 deste mês¹², pondo fim a este capítulo feio da nossa história, o capítulo da divisão da nossa pátria, e abrindo o capítulo da reunificação. Se Netanyahu pôde trazer o Kadima para a sua coligação, para ter a base de apoio mais alargada da história de Israel, também Mahmoud Abbas pode trazer o Hamas e fortalecer a base de apoio do povo palestino. Se Netanyahu pensa que nos pode intimidar para aceitar as suas condições, fazendo o que está a fazer, nós vamos unificar a pátria palestina e o seu sistema político para estarmos preparados para o que vier a acontecer.

O item número dois consiste em continuar a ofensiva internacional que nos levou às Nações Unidas para submeter a nossa candidatura a estado membro e que nos permitiu ser estado membro da UNESCO. Estamos a preparar-nos para, no momento oportuno, regressar à Assembleia Geral das Nações Unidas para obter o nosso lugar de estado observador, no caminho para tornar a Palestina membro de pleno direito da ONU.

Conseguimos, até agora, o reconhecimento do Estado da Palestina por 132 países e o último grupo de países que ainda não nos reconheceu é a Europa Ocidental. Pensávamos que tínhamos flanqueado a Europa Ocidental conseguindo o reconhecimento dos países latino-americanos, mas a Europa Ocidental, incluindo Portugal, flanqueou-nos ao elevar o estatuto das

nossas missões diplomáticas mas sem nos reconhecer. Não sei como se diz em português, mas em espanhol diz-se “la lucha continua” e nós queremos o reconhecimento por Portugal tão cedo quanto possível!

Deixem-me falar-lhes brevemente do item número três do nosso plano de preparação.

Penso que não é necessário dizer-lhes que o povo palestino é um povo heroico e resiliente. Nós somos o povo da primeira Intifada, há mais de 20 anos. Nós dominamos a arte da total mobilização de todos os segmentos do nosso povo para enfrentar esta ocupação implacável de forma pacífica. Nós fomos pacientes, dando uma oportunidade às negociações. Mas, se continuarem a pressionar-nos, temos que agir.

Deixem-me referir-lhes o que estão a fazer os vários setores do povo palestino.

Em aldeias como Ni’ilin, Bil’in e Budros – estou certo que ouviram falar delas – nos últimos 5 anos ou mais têm vindo a lutar pacificamente contra o Muro e conseguiram, na aldeia de Budros, empurrar o Muro para junto da Linha Verde e noutra aldeia recuperar 3.000 dunams de terra. As nossas brigadas de paz têm vindo a praticar esta arte da resistência pacífica à ocupação.

Um outro exemplo. Em Paris¹³, tivemos representantes de organizações de mulheres e de jovens. Eles relataram-nos histórias de como estes segmentos da população se estão a preparar para o dia D.

As brigadas de jovens, por exemplo, disseram-nos que existem em todas as cidades e que têm vindo a lutar de forma pacífica para libertar um quilómetro de uma rua, em Hebron, a Rua dos Mártires, e que têm vindo a melhorar a sua forma de luta não violenta contra a ocupação, a sua resistência a esta ocupação militar impiedosa.

Entre os quatro milhões de palestinos nos territórios ocupados, há milhão e meio de participantes no Facebook. Temos mais participantes no Facebook que os que havia nas revoluções egípcia e tunisina em conjunto.

Uma outra brigada do nosso povo enfrentou esta força de ocupação desumana nas prisões. Um heroico prisioneiro palestino esteve em greve de fome 65 dias. A autoridade de ocupação israelita, apesar de toda a sua força, cedeu e aceitou as condições daquele prisioneiro. Isto abriu a porta para uma greve de fome em larga escala, por milhares de prisioneiros, que lhes permitiu obter a satisfação das suas exigências pelas autoridades militares ocupantes nas prisões. Se aquele prisioneiro solitário tivesse morrido na prisão, poderia

¹¹ Maio de 2012

¹² Junho de 2012

¹³ Na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Questão da Palestina, realizada em Paris, em 30 e 31 de maio, dedicada ao tema “O papel dos jovens e das mulheres na resolução pacífica da questão palestina”

facilmente ser o rastilho para um levantamento nacional.

Dei-lhes apenas alguns exemplos do estado de preparação do povo palestino. Nós temos estado comprometidos com a paz e estamos dispostos a continuar a comprometer-nos com a paz, mas só se o lado israelita estiver disposto a mudar e a assumir as suas responsabilidades para com a paz.

A nossa situação é tão explosiva, a frustração está tão elevada, para mais vivendo no ambiente da “primavera árabe”, que qualquer centelha pode atear o fogo e envolver todos os territórios ocupados e, esperamos-lo, libertar-nos da ocupação de uma vez por toda e permitir-nos adquirir a nossa independência, como merecemos e como devíamos ter.

Nós estamos ainda a estender ambas as mãos ao lado israelita para negociar a paz connosco, mas se eles continuarem a ignorar-nos e a comunidade internacional continuar a não assumir as suas responsabilidades, então será destino do povo palestino pegar no facho e mostrar o caminho. E isto é o que estamos a fazer.

E o que esperamos que vocês façam? Pedimos aos vossos representantes no parlamento, e pedimos agora a vocês que nos ajudem a pressioná-los e ao governo. Precisamos de três coisas.

Primeiro, precisamos que Portugal reconheça o Estado da Palestina, e que o faça já. Nós negociaremos com Israel as seis questões finais mas a independência, como uma expressão de autodeterminação, não é negociável. É do domínio exclusivo do povo palestino o seu direito à autodeterminação. Foi assim que fizeram os israelitas, foi assim que fizeram os americanos e os palestinos não vão ser exceção à regra.

A segunda coisa que vos pedimos, é que nos ajudem a ter uma associação de amizade de parlamentares com

o povo palestino. Levantámos esta questão junto dos grupos parlamentares com quem nos avistámos e estamos a dizê-lo a vós para que os pressionem, e à Presidente da Assembleia da República, nesse sentido. Queremos ser como os outros países. Temos muitos amigos na Assembleia da República e queremos que eles constituam uma associação de amigos da Palestina no parlamento português.

E a última coisa que queremos pedir-lhes é que pretendemos ter uma Conferência das Nações Unidas sobre a Questão da Palestina, em Lisboa, no próximo ano, e queremos que nos ajudem a torna-la uma realidade. Nós vamos pedir ao governo português e ele tem que aprovar esta Conferência que será feita sob a bandeira das Nações Unidas, Não haverá encargos para Portugal, tudo será pago pelas Nações Unidas, mas queremos estar convosco, estar com membros do governo e com os deputados, estar com a sociedade civil e com os partidos políticos, estar com os meios de comunicação para continuar este processo de diálogo e discussão convosco como dois amigos, os palestinos e os portugueses.

Falei-lhes como um amigo, de forma franca, aberta e honesta, e espero deixar esta sala com uma mensagem de esperança para que cada um de nós saiba o que cada um de nós tem que fazer. Porque é uma responsabilidade coletiva fazer justiça aos palestinos, e fazê-lo depressa. Porque 45 anos de ocupação é mais do que muito. Basta o que basta. Queremos viver em liberdade, na nossa própria terra, e contamos convosco para nos ajudarem.

Muito obrigado.

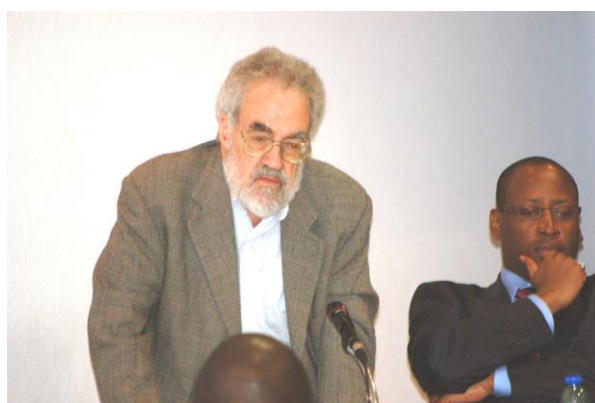


INTERVENÇÃO DO DR. SILAS CERQUEIRA¹⁴

Cara Presidente Maria do Céu Guerra
Senhoras e Senhores Embaixadores
Amigas e amigos

Devo dizer que estou surpreendido. Viram-me à procura na minha pasta de um papel, que ainda não encontrei. Eram as linhas da minha intervenção. Mas o que se está a passar altera essa intervenção.

[Refere-se ao discurso acabado de pronunciar pelo Embaixador Riyad Mansour, representante permanente da Autoridade Palestina na ONU, proclamando “o fim da solução de dois Estados para



dois Povos” se o Estado de Israel prosseguir com a sua política e os colonatos]

¹⁴ O Dr. Silas Cerqueira é Investigador e Secretário para as Relações Internacionais do MPPM

É, para nós, uma surpresa, uma surpresa positiva. É muito importante o que estamos aqui a ouvir. E se há aí jornalistas que queiram cumprir o seu papel, é a altura.

São várias surpresas. Uma outra surpresa, é que esta sala está cheia. Temos tido sessões sobre a Palestina com 30 a 40 pessoas. Hoje, trouxe para distribuição uma centena de cópias de uma intervenção de 29 de Novembro passado, no “Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina”. Um colega previa “não serem precisas tantas cópias”. Afinal eram precisas mais, e mais documentos. Felicito pois, os colegas que trabalharam para o êxito deste Seminário. Felicito, sobretudo, os senhores Embaixadores e a causa da Palestina, que tanto precisa.

Também importa referir as mensagens de solidariedade recebidas. Incluindo mensagem do ex-Presidente da República, General Ramalho Eanes, Presidente quando Yasser Arafat veio pela primeira vez a Portugal na grande Conferencia Mundial de Solidariedade de 1979. Convidamo-lo a estar connosco em futuras iniciativas pela Palestina.

No que se refere a saudações e mensagens solidárias acrescentarei o seguinte, pedindo desculpa a quem elas se referem: O nosso Movimento começou, há não muitos anos, com um pequeno grupo e cresceu, entre outras razões, pela dedicação de todos e porque teve como primeiro presidente José Saramago, o prémio Nobel. Com o seu nome, com a sua obra, com a forma como presidia às sessões, mobilizava-as. Sentíamos realmente o benefício dessa mobilização. Direi mais: este Seminário hoje foi possível porque ele tinha deixado uma contribuição significativa para uma iniciativa como esta. Não os gastámos, guardámo-los para realizar, hoje, a presente sessão. Por isso permito-me pedir à viúva, Pilar Saramago, que se levante um minuto para saudarmos nela a memória do nosso primeiro presidente, José Saramago.

[A assistência, de pé, aplaudiu demoradamente a memória de José Saramago]

Agora, a perspectiva de acção que acaba de nos ser traçada *[no discurso de abertura do embaixador Abdou Salam Diallo Presidente do Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino]*, no que respeita ao papel das Nações Unidas é uma perspectiva ampla. Podemos, entre nós, e aqui mesmo, discutir os termos das iniciativas e de como fazer. De qualquer modo, inspiram-nos os princípios da Nações Unidas. Nem sempre estaremos de acordo com tal ou tal posição. Mas discutimos e procuramos implementar esses princípios.

Portanto, quanto ao objectivo – da libertação da Palestina e da Paz no Médio Oriente - que há tantos anos tarda... nós também lutámos, quarenta e oito anos, para derrubar o fascismo em Portugal, e derrubámos! Até porque as armas com que o fascismo

nos oprimia, se voltaram contra o fascismo. Pois havia uma luta de libertação em África – em Angola, na Guiné, em Moçambique. Daí as armas voltaram-se contra os opressores também em Portugal. Hoje temos entre nós um orador que era um dos oficiais do MFA, o Movimento das Forças Armadas, que nessa altura derrubaram o fascismo. Conjugaram-se vários níveis de luta.

Outra questão importantíssima aqui referida no discurso do Embaixador Riyad Mansour é a unidade do povo palestino, a unidade dos seus diferentes destacamentos. Há seis anos – depois da vitória eleitoral do Hamas – essa unidade fragmentou-se e só Israel se aproveitou disso. Mais ninguém. A procura da unidade, o entendimento entre Mahmoud Abbas e o primeiro-ministro Ismail Haniyeh, se vier a ser alcançado, dará uma força formidável à luta do povo palestino.

É também importante, noutro plano, o apoio da opinião pública internacional. Quanto mais se eleva o nível da luta do povo palestino, mais devemos mobilizar a opinião pública, como temos procurado fazer. Embora por vezes com assistências limitadas. Aliás, aproveito para pedir aqui aos colegas do MPPM que façam circular, se ainda não se fez, uma folhinha de adesão. Aqueles que ainda não são membros do MPPM preencham, ponham o vosso nome, ponham o vosso endereço. Queremos alargar a nossa esfera de acção, ampliar os nossos membros como movimento de opinião pública democrático e unitário. Felizmente temos como presidente Maria do Céu Guerra que não é uma política profissional, antes uma intelectual e artista particularmente sensível aos valores de uma causa tão justa e inspirada pelo heroísmo da resistência e luta palestina.

Agora peço para acrescentar o seguinte da minha experiência. Não é muito grande, mas é alguma. Comecei a conhecer a causa árabe em 1972. Era um exilado político em Paris e fui em representação do Comité Português da Paz a uma Conferência internacional em Bagdade. O presidente era Al- Bakr e tinha ao lado Saddam Hussein. Por iniciativa do Conselho Mundial da Paz, personalidades internacionais reuniram-se em Bagdad para estudar e apoiar o processo, ainda em curso, da nacionalização do petróleo iraquiano. Foi uma das mais importantes nacionalizações na região, e na altura teve um impacto tremendo nas potências ocidentais. Mal se pode imaginar. Entretanto, e no mesmo período e região, tiveram impacte semelhante as medidas sucessivas da revolução líbia de 1969, liderada por Mouammar Khadafi – desde logo, o encerramento das bases militares dos Estados Unidos e do Reino Unido – abrindo caminho ao controlo nacional das grandes riquezas petrolíferas recém-descobertas.

Hoje o que constatamos? Estes países, e outros, são forçados a desnacionalizar o petróleo e outros

recursos, à custa de grandes guerras alimentadas com pretextos “democráticos” pelas mesmas potências ocidentais.

Eis um problema fundamental. A justa causa palestina para avançar, para ganhar, é sucessivamente contrariada por todas as guerras de agressão, e todas as ameaças de guerra no Médio Oriente. Perante isso, como disseram os senhores Embaixadores, no plano da solidariedade da opinião pública, há muitos Comités. Quantos são? Cerca de 800. Mas são poucos aqueles que têm no nome, como nós temos, “pela Paz no Médio Oriente”. A maioria desses movimentos são movimentos pelos direitos do povo palestino, e está muito bem. Mas nós, desde o início sentimos que era preciso ganhar a paz no Médio Oriente, era preciso prevenir guerras e perigos de guerra cada vez maiores. Efectivamente, tínhamos razão. Em certa altura, em reuniões das Nações Unidas, o nosso nome aparecia só como Movimento pelos Direitos do Povo Palestino – porque era muito grande na íntegra, diziam. Mas reclamámos e agora aparece o nome do MPPM completo, incluindo pela Paz no Médio Oriente.

Por isso perguntamos: perante que situação internacional nos encontramos? Há uma vintena de anos houve uma alteração tão profunda na situação internacional que aquilo a que chamávamos de coexistência pacífica, -- pela qual lutámos e continuamos a lutar, pela coexistência entre Estados e regimes sociais e políticos diferentes, -- esse princípio continua altamente válido, mas na prática das relações internacionais não é mais respeitado, não é mais praticado.

As guerras de agressão e dominação, os perigos de guerra, as ameaças de guerra crescem. Vimos o que foi no Iraque: um milhão e meio de mortos com o pretexto falso de que tinham armas de destruição maciça. As próprias Nações Unidas vieram a declarar que afinal não havia armas de destruição maciça. Entretanto, a destruição, a invasão, a ocupação, a morte já lá estavam. Depois seguiram-se outras guerras. O Afeganistão continua em guerra. Quer isso dizer que quando nos opomos a essas guerras, estamos de acordo com as regras que os resistentes querem impor no Afeganistão? Não estamos. Mas o nosso problema é que, de acordo com os princípios da Nações Unidas e de acordo com os princípios da Constituição da República Portuguesa, nós opomo-nos a guerras de invasão, de opressão, de destruição.

O mesmo diremos em relação à Líbia, onde estive, em Trípoli, sob as bombas de americanos, ingleses e franceses. Curiosamente, ingleses e franceses que precisamente tinham tido importantes recursos

petrolíferos antes de Kadhafi, e agora os recuperaram – ao fim de mais de trinta anos. É incrível. Pode ser delicado evoca-lo para alguns dos senhores Embaixadores, mas é a nossa posição.

E neste momento, a que é que assistimos, nomeadamente na Síria? A um cenário que lembra outros cenários e segundo o qual pode vir a criar-se, com a ingerência estrangeira, uma situação de nova guerra, de nova agressão, dada a experiência que temos da última vintena de anos. É perigosíssimo. Permito-me dizer, falando francamente, a Liga Árabe está a colaborar nisso. Mas afinal só prejudica a causa da Palestina e Árabe. Quer isto dizer que estamos de acordo com tudo o que se passa na Síria, que achamos que é esse o caminho? Não é. Mas, não aceitamos a tentativa de pela guerra e vitimando os povos alterar profundamente a situação no terreno. A Síria é um país com fronteiras com cinco países árabes. Tem sido um baluarte da causa da Palestina. Se cai, muitos dos objectivos que ouvimos aqui traçar não poderão ser alcançados. Será o contrário.

Estas são grandes preocupações nossas, do MPPM, que expomos aqui francamente e sobre as quais poderemos dialogar. Não sei se os nossos convidados pensam assim ou não. Não vemos o povo de Israel como inimigo. O inimigo é o colonialismo do Estado de Israel, como opressor, como agressor, agressor de não sei quantas guerras, sempre em colusão com os EUA. Põe em risco o seu próprio povo! Os interesses na região, dos EUA e outras potências ocidentais, que Israel defende com a sua política agressiva, põem em perigo o seu próprio povo.

Pergunto, - ao ouvirmos aqui o novo plano, esta nova política proclamada pelo senhor Embaixador Riyad Mansour, - como vão agir os EUA e as outras potências ocidentais? Será que vão continuar a impor a impunidade de Israel perante todos os crimes que comete? Até quando é que isto pode durar? Quanto tempo? É altamente perigoso porque pode conduzir a situações ainda mais catastróficas, a guerras ainda mais catastróficas. Inclusive com o manejo de armas nucleares, de que Israel é a quarta potência mundial - a única potência com armas nucleares no Médio Oriente.

Amigos: não estamos a fazer retórica. Estamos a explicar problemas que nos levaram a organizar este Seminário e a mobilizar a presente sessão e sessões futuras. Mas é importante que outros oradores falem. Façamos do nosso Seminário uma reunião de trabalho e de luta -- a luta do Povo Palestino, que continuará e com ela também a nossa.





INTERVENÇÃO DO PROF. DOUTOR PEDRO PEREIRA LEITE¹⁵ : “A ÁRVORE DA PALAVRA”

Magnífico Reitor da Universidade Lusófona, com sua permissão

Exmos. Senhores Embaixadores

Sr.ª Presidente do MPPM, Atriz Maria do Céu Guerra
Coronel Carlos Matos Gomes

Drs. Silas Cerqueira, Carlos Almeida; José Manuel Goulão; Jorge Cadima

Srs. representantes das delegações convidadas
Minhas senhoras e meus Senhores,

Saúdo-vos pela vossa presença e agradeço à organização o convite para a participação neste importante evento

Permitam a circunstância de estarmos perante uma atriz, alguém que tão bem tem colocado a sua vida em cena, para que durante os próximos minutos mobilize o verbo para refletir sobre a vida e a paz por almejada nas terras da Palestina.

Atrevo-me a sugerir uma modesta contribuição da Academia para juntar aos esforços, que têm de ser de todos, para a construção dum futuro sem violências e sem guerras. Oxalá esse tempo esteja ao alcance dos nossos atos!

A poética tem sido desde os tempos de Aristóteles um bom guia para entendermos os processos que a humanidade utiliza para se reconhecer a si própria. O teatro faz parte dessa arte que nos confronta todos os dias. Como um espelho recorda-nos a aquilo que somos, como seres e como comunidades. Através dele reconhecemo-nos e tomamos consciência do que somos e onde estamos. Esse é o primeiro passo para podemos decidir, em liberdade, que ações queremos ou podemos fazer.

Gostaria portanto de falar sobre essa poética como uma proposta para a construção da paz justa e solidária. Uma paz que reconheça as nossas diferenças e que nos mostre como comunidades plurais. Será a

¹⁵ O Prof. Doutor Pedro Pereira Leite é professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Investigador no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

partir das nossas diferenças que podemos criar em liberdade um mundo vindouro mais feliz e solidário.

O mundo em que nascemos era um mundo diferente do que hoje vivemos. Herdado do pós-guerra, todos crescemos num mundo em confronto em confronto bipolar. Muitos caracterizaram-no como um “equilíbrio do terror”. Uma “guerra fria”, porque era interdito o confronto direto tal era a grandeza destruidora das armas acumuladas, mas que induzia as guerras e os conflitos “quentes” por delegação.

Foram os tempos das guerras e dos confrontos ideológicos na Ásia, em África, no Médio Oriente, nas Américas. Centenas de conflitos de diferente intensidade. Uns de libertação, outros civis. Vimos conflitos justos das lutas pelas liberdades e pela dignidade dos povos, entrelaçadas quase todas Elias com esse outro conflito maior bipolar. Vimos conflitos e revoltas de povos contra ditaduras e regimes opressores. Vimos também outros conflitos menos claros, de disputas territoriais, de espaços vitais ou de acesso a recursos.

Hoje o mundo em que vivemos é diferente. Do mundo bipolar passamos para um mundo multipolar. Diferentes poderes emergem em diferentes espaços, ao mesmo tempo que o mundo se tornou global, nos mercados e nas comunicações. Nele as guerras tomaram novas formas. A par dos velhos conflitos interestatais, multiplicaram-se os atores e os processos. Temos estados falhados. As armas e os conflitos diferenciaram-se e ampliaram os recursos mobilizados. Hoje falamos das “novas guerras” e das “novíssimas guerras” como consciência da necessidade de novas formas de construir a paz.

O caso que nos trás hoje aqui, - a Palestina é um caso paradigmático dum conflito que tem a sua génese nesse mundo bipolar (a maiorias dos quais foram sendo resolvidos ou transmutando na última vintena de anos), mas que tem vindo de forma persistente a prolongar-se.

As várias iniciativas de resolução por parte da comunidade internacional foram, e continuam a ser incapazes de encontrar uma solução que satisfaça as partes em conflito. Estamos perante um conflito multidimensional, complexo, já muito bem diagnosticado e que urge resolver.

Multidimensional porque inclui vertentes que estamos habituados a segmentar e que inclui o religioso, o político, o cultural, o económico, e psicológico. Que já produziu 6 Guerras regionais (1948; 1956; 1967; 1971, 1982; 2006) duas Intifadas (1987; 2000) e inúmeros conflitos armados indiretos. Foram já desenvolvidos vários processos de Paz (Madrid-1991; Oslo/Washington-1993; Camp David-2000; Iniciativa Árabe-2002; Road Map/Quarteto-2003; Annapolis, 2007), de resultados sempre aquém do desejado,

numa questão que tem estado sempre presente nos debates da ONU.

A “Questão palestina” na ONU é aliás um caso sui generis no campo das relações internacionais, e que deu origem a uma “autoridade palestina”, uma situação de compromisso que gerou um semi-estado de soberania limitada, com base num processo que decorre em ritmos diferenciados, com objetivos nem sempre completamente partilhados para os vários atores em presença.

Em paralelo, vive-se nos territórios palestinianos e nos diversos campos de refugiados da região, “um ambiente permanente de guerra” com o conflito sempre presente. Em concreto ou como ameaça. Milhares de pessoas convivem diariamente com a presença das armas, da violência, do assédio do ódio e da raiva, quando não com a morte. Há dezenas de anos que os jovens nascem e crescem em ambiente de violência e aí se fazem adultos. É nesse ambiente que deverá ser construída a paz.

Como sabemos qualquer processo de paz deverá ultrapassar o que divide para unir. A experiência indica-nos que a memória recupera dos traumas, mas leva tempo. Será preciso novas gerações para a paz ser consolidada. Como conciliar o tempo que hoje não temos com esse futuro almejado. Urge portanto agir. É nesse domínio que nos parece pertinente o contributo da experiência dos Estudos para a Paz que as academias tem vindo a desenvolver.

É preciso reconstruir os laços de solidariedade. Só os próprios os poderão reconstruir e essa terá que ser uma experiência partilhada pelos povos da região. Uma experiência de emancipação em paralelo com a sua regulação.

Sabemos que estão em cima das mesas de negociação importantes e complexas questões. A questão da soberania do povo palestiniano, a questão das fronteiras dos estados, os estatutos dos refugiados; o estatuto de Jerusalém; a questão dos colonatos e do muro da vergonha construído por Israel, os recursos hídricos e a sempre presente questão da pressão demográfica, que amplia os problemas da segurança regional. Urge também resolver os vários problemas de violação dos Direitos Humanos.

Sabemos que este é um processo complexo e que não depende apenas da vontade dos povos da região. Neste tabuleiro jogam-se diferentes interesses regionais; da Turquia, da Síria, do Irão, do Paquistão, da Arábia Saudita e do Egito). Nesse jogo de equilíbrio regional ainda devemos acrescentar os interesses dos atores globais: os EUA, a Rússia, a China, entre outras potências emergentes, onde sobressai, por enquanto, uma Europa fragilizada nas suas contradições. Tal basta para entender porque sem uma resolução do problema palestino não há uma solução global para a

construção duma paz para os povos do Crescente Fértil.

Podemos deduzir que os negociadores nunca encontrarão uma solução satisfatória sem mobilizar a vontade dos povos da região de construir um futuro de paz. Sem mobilizar os indivíduos e as comunidades como protagonistas do seu futuro, os esforços de resolução dos conflitos serão lentos e frágeis e ineficazes. Isso mesmo podemos observar pelas evidências dos processos e experiências recentes noutros teatros conflituais. Locais onde a paz americana se mostra incapaz de conter conflitos.

É imperioso que sejam mobilizados processos de resolução de conflitos que facilitem a construção da paz a partir da vontade de cada um dos cidadãos e das suas comunidades. Os “Estudos para a Paz” constituem atualmente um campo de produção de conhecimento e de práticas onde a questão dos conflitos e da sua resolução constitui se constitui como objeto de estudo. Trata-se dum campo heterogéneo, oriundo das Relações Internacionais e da Ciência Política, e que tem vindo a preocupar-se com o estudo do fenómeno da guerra e da construção da paz, mobilizando outras metodologias das ciências.

Não vamos aqui abordar a complexidade deste fenómeno, que teve tantas tão brilhantes contribuições ao longo dos últimos dois séculos¹⁶, do realismo, nem a teoria liberais sobre a “paz democrática”¹⁷ ou mesmo do construtivismo, que propõe a busca do elementos normativos da construção da paz pelo Direito.

Vemos abordar a proposta dos Estudos da Paz como um campo de inovação epistemológica empenhado na emancipação social¹⁸, com base nas suas mais recentes contribuições, nas quais propomos a utilização da poética do sócio-biográfico.

Através do campo da epistemologia critica tem vindo a ser proposto um “novo” tipo de soluções para resolução de conflitos com base num duplo desafio: o de desenvolver uma ontologia e uma metodologia emancipadoras; e o de assumir a atividade política com parte integrante dos Estudos para a Paz (Pureza, 2011). Recorde-se que a teoria crítica defende um novo reequilíbrio paradigmático entre a emancipação e a regulação social. Estes dois desafios impõem aos Estudos para a Paz uma nova reflexão sobre a ética e uma nova práxis política.

¹⁶ Lembramos aqui, apenas como exemplo os contributos de Kant (Paz Perpétua) Hegel (Na filosofia do Estado) e Raymond Aron (A Paz e a Guerra, uma Teoria das Relações Internacionais).

¹⁷ Teoria das Relações Internacionais que afirma que as democracias nunca entram em guerra entre si.

¹⁸ Uma boa síntese destes debates encontra-se no texto de José Manuel Pureza (2011), “O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz” in Revista de Relações Internacionais, nº 32, Lisboa, pp 5-21. O texto resulta da Prova de Agregação do autor como Professor de Relações Internacionais na Universidade de Coimbra.

Sinteticamente, vejamos as principais propostas de trabalho:

- Uma proposta baseia-se na análise da questão das violências. No estudo da radicalidade das violências sobre os seres humanos, encontramos diferentes escalas de fenómenos. Para além das violências diretas, as violências estruturais e culturais que permitem a emergência de discursos e situações de hegemonia que estão na origem de discursos e ações emancipatórias com base nas ações comuns. Esta análise tem vindo a permitir denunciar violências sobre os indivíduos e sobre os seus processos de experiências de vida. Sejam essas violências laborais, migratórias, de género que se manifestam na negação das autonomias do eu e dos grupos. Um desafio que se pode sintetizar como uma necessidade de “descolonização dos Estudos para a Paz”.

- Uma segunda proposta é a de ultrapassar a visão maniqueísta do real, com base na oposição dos pares. A observação do real não pode ser determinada pela inclusão em categorias pré-constituídas e exteriores a elas próprias. Por exemplo o conceito de guerra não se opõe ao conceito de paz, sendo necessário considerar que em ambos e entre eles existem múltiplas situações de indefinição, geradoras de violência e conflitos. A escala de observação do fenómeno determina a sua inteligibilidade. E a inteligibilidade do fenómeno é processual e transcalar.

- Uma terceira proposta, que gostaríamos de mobilizar para esta questão, é a de pensar a paz como um processo de construção pela vontade dos indivíduos e dos povos. Um processo emancipador para criar a autonomia dos indivíduos e das comunidades que ultrapasse a violência como modo de resolução dos conflitos. Uma resolução que implica o reconhecimento das diferenças e a inclusão das práticas discursivas como mecanismo de comunicação na construção das cartografias do futuro. Trata-se de ultrapassar a ortodoxia racionalista e naturalista que aborda a paz como um estado utópico, de impossível concretização, derivada na essência competitiva da natureza humana; para conceber a paz como um projeto emancipador das autonomias individuais e dos grupos. Trata-se de criar uma prática política que introduza inovação emancipatória na regulação das comunidades.

Para então concluirmos, gostaríamos de mobilizar este último ponto para a nossa proposta nesta nossa intervenção. A proposta de focarmos os esforços de construção da paz no quotidiano pessoal e na mobilização das experiências dos indivíduos, através das suas histórias de vida para a construção de diálogos sobre as suas vontades vindouras, constitui-se como uma proposta de ação para resolução de conflitos.

Colocar os indivíduos em cena, como temos vindo a propor nos nossos trabalhos de investigação-ação, permite aos indivíduos e aos grupos incluírem em processos de reconhecimento.

Esse processo é uma ferramenta para construir a ponte entre o conflito e a sua resolução. Um processo feito pelo diálogo, pela palavra, pela comunicação, para enfrentar as diferenças, reconhecer os impasses e procurar criar uma consciência comum.

Não estamos naturalmente a falar dum teatro de espetáculo como vulgarmente estamos habituados a assistir como espetadores sentados numa sala, a receber as mensagens narradas pelos outros. Trata-se de uma proposta de criação poética em que os sujeitos são eles próprios os narradores. Uma forma de teatro de intervenção que permite ativar as solidariedades e reconhecimento das diferenças.

Nessa vida colocada em cena é importante a ativação da memória social. Como nos ensinam as filosofias Africanas, a dor dos entes que partem choradas no embondeiro são modos de olhar o futuro. Fazem parte dos rituais do ciclo da vida e do renascimento no corpo social, onde as partes do todo são sucessivamente reconstruídas no devir.

O atual conflito na Palestina torna-se, nesta perspectiva, numa parte da solução para o superar. Para isso necessitamos de juntar as vontades de paz dos povos. Só eles poderão construir as suas pontes.

Em suma, o desafio que lançamos nesta intervenção é o desafio de colocar os sujeitos a narrar as suas histórias para mudar o mundo como ação comum. Semear árvores de palavras.

Nós pela nossa parte, na academia, estamos disponíveis para ampliar a voz dos resistentes. Dar voz às narrativas dos heróis como parte integrante do processo de transformação.

Um processo de emancipação que é também o nosso.

Muito obrigado pela vossa atenção

Bibliografia base:

PUREZA, José Manuel (2011), “O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz” in Revista de Relações Internacionais, nº 32, Lisboa, pp 5-21.

LEITE, Pedro Pereira (2012) Olhares Biográficos, A Poética da Intersubjetividade na Museologia, Lisboa/Ilha de Moçambique, Marca D’Água

LECHNER, Elsa (2009) Histórias de Vida: Olhares interdisciplinares, Porto, Afrontamento



INTERVENÇÃO DO CORONEL CARLOS DE MATOS GOMES¹⁹: “UMA VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE O MÉDIO ORIENTE”

A importância estratégica do Médio Oriente é facilmente reconhecida – ponto de encontro de três continentes, berço de grandes civilizações, uma das principais fontes da energia do mundo industrializado. A sua importância é a origem dos seus males, em especial do mal que se tem abatido sobre os homens e mulheres que ali nasceram, viveram, criaram as suas culturas e as suas nações.

No centro do Médio Oriente, como fulcro e chave de todos os interesses e contradições que se jogam na região, encontra-se a Palestina. Por isso, desde há séculos, a história da Palestina tem sido a história da luta pelo seu controlo travada entre os grandes poderes de cada época e contra os seus habitantes.

O problema da Palestina, hoje como ontem traduzido no sofrimento do seu povo, na violência a que é e tem sido sujeito, na forma ignóbil como os seus direitos elementares são e foram espezinhados, resulta do aparente absurdo de a sua excessiva importância para os outros impedir que ela exista por si própria. O interesse permanente das potências dominantes é e tem sido que a Palestina e os palestinianos não existam. Têm feito tudo para isso e só uma fortíssima identidade permite o fato extraordinário de existirem ainda palestinianos e de estes continuarem a bater-se pelo direito a disporem de um Estado!

Existem dois meios de controlar regiões fulcrais: através da imposição de uma ordem, como fizeram os romanos, os cruzados, os ingleses; ou com a imposição de uma desordem, aquilo que se chama a estratégia de desestabilização, como a que a região vive hoje.

Ao longo da história o Médio Oriente tem sido sujeito a estes dois tipos de controlo. Sempre à custa dos povos que habitam a região, tratados de umas vezes como inimigos a abater e a submeter, de outras como munições numa guerra que nunca foi a sua.

Desde o fim da segunda guerra mundial até à queda do Muro de Berlim e ao fim da URSS, a ordem na região foi imposta pelas duas superpotências. Uma ordem que a existência do povo da Palestina, desafiava, simplesmente porque estava ali e o queriam expulsar como a um velho ocupante incómodo que dificulta um negócio. No caso, o negócio da criação do Estado de Israel.

Na ordem imposta pelas superpotências, a Palestina, os palestinianos, não tinham outro lugar que não fosse o da inexistência, o do desaparecimento; um destino que pretenderam dar-lhes pela aniquilação, pela dispersão, pela integração, pelo silêncio.

A criação do Estado de Israel no território da Palestina e à custa dos palestinianos serviu os desígnios da imposição da nova ordem mundial no pós-guerra no Médio Oriente, mas esta foi também prosseguida com a criação de uma nova malha de poderes subordinados: a monarquia dos Pahlevi na Pérsia, os estados feudais do Golfo, em especial a Arábia Saudita e a Jordânia; o Egito de Nasser a Sadat e a Mubarak, com a aceitação mais ou menos resignada dos regimes laicos do Iraque e da Síria, com a integração da Turquia na NATO. Esse conjunto articulado de ações de comando das super-potências permitiu-lhes o exercício de uma ordem por equilíbrio de forças, que as guerras israelo-árabe, as convulsões do Líbano, as revoltas localizadas não chegaram a colocar em causa. Foram, em boa parte, apenas sinais de que os EUA e a URSS estavam lá de pistola na mão. Os palestinianos foram os sacrificados úteis em cada momento.

O fim da guerra fria pareceu aliviar o Médio Oriente da tensão a que estava sujeito e, num primeiro tempo, os EUA julgaram poder dominar sem adversário. Reforçaram Israel, ocuparam o Iraque para a partir dali punirem o Irão por ter violado a ordem estabelecida, aumentaram as suas rendas do petróleo, melhoraram o dispositivo militar no Mediterrâneo através da Turquia e no Mar Vermelho através do Kwait e do Iémen.

Essa estratégia foi calamitosa (exceto para Bush, Blair, Barroso e amigos): o Iraque tornou-se o primeiro foco da desestabilização regional e não serviu de base de ataque ao Irão, que por sua vez se assumiu como um novo centro de poder credível contra o Ocidente (Europa), o que obrigou a Turquia a responder e a colocar em causa o seu regime laico e militar. O Afeganistão, embora pertencendo a outra zona, consumiu recursos ocidentais e a chamada “Primavera Árabe” (uma mistura explosiva perigosamente feita de ingenuidade, insensatez, arrogância e avidéz), em boa parte desencadeada pelo Ocidente como manobra da estratégia de desestabilização, substituiu regimes autoritários laicos nacionalistas por regimes islâmicos julgados mais fáceis de neutralizar.

O Médio Oriente é hoje uma região como o antigo faroeste americano, uma terra sem lei nem autoridade

¹⁹ O Coronel Carlos de Matos Gomes é oficial do Exército na Reserva e integrou o Movimento das Forças Armadas.

em que todos se sentem autorizados a tentar a sua sorte, desde que não ponham em causa o acesso às fontes de petróleo, nem a supremacia de Israel na área.

A situação atual:

O Ocidente, através dos EUA, já não tem força para agir unilateralmente e a Rússia (também a China) utiliza o seu poder, para lhe demonstrar isso mesmo no Conselho de Segurança. Sendo certo terem a Rússia e China ali interesses que a desestabilização atual não belisca e até favorece.

O resultado da arrogância dos EUA (e do seguidismo do Ocidente), que entenderam ter chegado com a implosão da URSS o momento de agarrarem com uma só mão todo o Médio Oriente, foi que este esguichou como areia através dos dedos e hoje só dispõem um aliado, o de sempre: Israel, a sua criação.

A Turquia e o Irão assumiram-se como poderes regionais, com estratégias próprias, o Egito caminha para a radicalização anti-ocidental e para um período que todos esperamos não seja caótico, mas nada é menos certo, as monarquias do Golfo vivem momentos difíceis de legitimação, cercadas pelas “primaveras árabes” (que os aprendizes de feiticeiro nos EUA lançaram e os inocentes úteis das opiniões publicas europeias apoiaram como esperanças libertadoras), que ameaçam arrastá-las.

A segunda invasão do Iraque e o tratamento dado pelos invasores a Saddam, a intervenção ocidental na Líbia e o destino de Khadafi, forneceram o sinal de desespero a todos os líderes regionais, republicanos e monárquicos, religiosos e laicos do perigo que representa a aliança com o Ocidente e resultado dos seus conselhos de negociação com as “oposições primaveris”. A Síria é o exemplo da luta de vida e de morte que estes regimes travam para impedirem a invasão e a pilhagem organizada dos seus estados e, em último caso, para salvarem a pele dos seus líderes.

Entretanto, a Rússia deixa os EUA e o Ocidente queimarem-se em lume brando no Iraque e no Afeganistão.

Em resumo:

O Médio Oriente encontra-se mais uma vez numa encruzilhada dramática, em que parece claro o desejo dos EUA e de Israel de atacar o Irão (para o que necessita de controlar a Síria) e desencadear mais uma guerra nesta zona, o que justifica a desestabilização regional, principalmente a que está a ocorrer na Síria e no Líbano. É uma estratégia arriscadíssima, insensata, mas que pode ser extremamente lucrativa para Israel, pois eliminará um poder ameaçador e reforçará os laços de dependência dos EUA, os quais obteriam ganhos para as suas indústrias de guerra e do petróleo e de afirmação do seu poder contra a Rússia e a China. Conhecendo a prática política dos EUA e de Israel é

fácil reconhecer que preferirão a solução da guerra à possibilidade de promoverem a paz na região com negociações sérias para o estabelecimento de um Estado da Palestina, a chave para o futuro do Médio Oriente.

A alternativa a esta nova guerra seria o Ocidente (a Europa) convencer Israel de que, a prazo, será o Estado judaico a principal vítima da situação criada, pois logo que termine a sua função ficará à mercê dos inimigos que criou e não terá o apoio de quem lá o colocou.

Israel deveria aproveitar este momento para alterar o seu comportamento e estabelecer alianças viáveis para o futuro. Mas parece ser contra a sua natureza fazê-lo. A sua estratégia tem sido a de bater com uma vassoura julgando que assim escapa no meio do vespeiro. Joga na possibilidade de desintegração da Síria e da vitória sobre o Irão para tornar não mais ter de se preocupar com a questão palestina.

Em resumo:

No momento em que o problema palestino não suscita interesse aos poderes regionais e mundiais cabe às opiniões públicas, às mulheres e aos homens mantê-lo na ordem do dia afirmando que só haverá paz duradoura na região se os direitos de cada um dos seus povos forem reconhecidos como direitos dos outros; que os palestinianos têm o direito a disporem de uma pátria e a serem livres.

Os portugueses conhecem bem a situação de recusa do direito dos povos à autodeterminação proclamado pela ONU no Capítulo 7 da sua Carta: um governo colonialista e de ditadura governou Portugal durante quase meio século e conduziu em África uma guerra de 13 anos contra esse direito.

Foi por defender o direito à autodeterminação dos povos que os militares portugueses do MFA, de que me orgulho de ter feito parte desde a primeira hora, derrubaram esse regime em 25 de abril de 1974, abrindo o caminho à descolonização e à criação dos novos países de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Timor.

O Movimento Descolonizador, que alterou a face do mundo no pós-segunda guerra, não cumprirá o seu ciclo libertador enquanto o povo da Palestina não tiver o direito ao seu Estado nacional. Não pode haver poder colonial nem ditatorial que o possa negar.

Os democratas portugueses, os militares portugueses que proporcionaram as condições para que o direito à autodeterminação fosse reconhecido aos povos das antigas colónias estão particularmente motivados para solicitar aos representantes das Nações Unidas que tudo façam para que o Povo Palestino obtenha o reconhecimento desse justo e elementar direito.

Um Estado Palestino livre e digno será um fator de paz no Médio Oriente, um objetivo da maior

importância para toda a comunidade mundial e um

valor que pelo qual todos devemos lutar.



INTERVENÇÃO DE JOSÉ MANUEL GOULÃO²⁰

Muito boa tarde a todos:

Senhores Embaixadores, senhores representantes da Universidade Lusófona, companheiros de mesa;

Um agradecimento especial ao MPPM, pelo convite que me foi feito, e uma saudação especial a todos os presentes.

Eu trago, à partida, uma opinião bastante cética sobre a situação e creio que não há outra a adotar se olharmos profundamente as coisas que vão para além dos telejornais, que vão para além das capas dos jornais – e mesmo das páginas interiores -, que vão para além daquilo que é o chamado grande consumo de informação.

Sinto-me com alguma autoridade para dizer isto porque, como jornalista há longas décadas, sei como estas coisas funcionam e sei o tipo de questões e o tipo de ações que são exercidas sobre os jornalistas para que a verdade oficial seja ligeiramente - e, às vezes, muito – diferente da verdade real. E eu venho só falar-vos da verdade real e a verdade real gera ceticismo.

Mas há aqui, hoje, um dado que não é novo mas é importante e queria salientar a parte da intervenção do senhor Embaixador Mansour sobre a disponibilidade, a criatividade e, mais uma vez, a coragem dos palestinianos para terem um programa de luta, um programa de resistência, que é aquilo que, em minha opinião, poderá dar a volta à situação, poderá fazer uma alteração de relação de forças o Médio Oriente.

Foi assim sempre - correspondendo, aliás, ao título deste trabalho e desta Conferência - a causa palestiniana é, de facto, e continuará a ser a causa central do Médio Oriente. Isto quer dizer, e tão só, que sem a solução da questão palestiniana não há solução na questão do Médio Oriente. Esta é uma realidade que está absolutamente comprovada e, daí, que esteja nas mãos dos palestinianos como disse, e bem, o senhor Embaixador, a necessidade de viragem. E não estamos a falar em utopias, porque já não é a primeira vez que isso acontece e também já foi aqui falado.

Os Acordos de Oslo fazem 20 anos, é verdade, mas os Acordos de Oslo ao nascer – e eu confesso que cheguei a acreditar – nasceram de uma necessidade de negociação que nasceu, por sua vez, do primeiro Intifada, a primeira revolta cívica organizada e, quanto a mim, até este momento a única no Médio Oriente.

E vou aqui fazer um pequeno parêntesis para a Tunísia e eu não gostava que fosse confundido nenhum dos Intifadas com aquilo que chamaram a Primavera Árabe. São questões que, quanto a mim, têm diferenças de fundo, profundas e, embora haja vícios de forma que devem ser estudados, eu creio que não devemos fazer aqui uma assimilação destes processos porque são, de facto, diferentes.

O primeiro Intifada levou às negociações de Oslo e as negociações de Oslo tiveram uma génese absolutamente necessária e até, no meu ponto de vista, surpreendente, mas que resulta da experiência. O primeiro ministro de Israel na altura, Yitzhak Rabin, foi, como se lembram, enquanto Ministro da Defesa, um dos principais repressores do processo do Intifada, da resistência popular palestiniana. Ficou conhecido como o quebra-ossos pelas retaliações sobre os jovens que lançavam pedras, a quem partia os braços.

Tudo isto criou, como devem estar lembrados, uma emoção muito grande que levou a uma solidariedade também muito grande para com a questão palestina que, no limite, obrigou Israel a negociar, secretamente, em Oslo. Qual foi o problema destas negociações? Foi terem sido cavalgadas, a determinado momento do seu processo pelos Estados Unidos. E, em vez de termos, na Noruega, a assinatura do Acordo, tivemos-la nos jardins da Casa Branca, com pompa e circunstância.

Todos sabem um pouco da história. Yitzhak Rabin foi assassinado, Netanyahu tomou o poder e liquidou, imediatamente, o processo de paz. Tudo o que se passa a partir daí é absolutamente o negociar por se

²⁰ José Manuel Goulão é Jornalista especializado em questões do Médio Oriente. Foi membro da Direção Nacional do MPPM no biénio 2008-2009.

negociar, ou o não negociar mesmo dizendo que se está a negociar.

Na fase atual, esta questão da colonização – que, muitas vezes, na comunicação social, é apresentada como um capricho palestino: “eles estão a embicar com a questão da colonização para não negociar”, isso aparece muitas vezes – esta questão é, tão só, a questão da solução do processo. Como sabemos, a solução dos dois estados radica no entendimento territorial e não é por acaso que a questão das fronteiras está entre os seis assuntos que estão sobre a mesa naquilo que resta, ou o nada que resta, das negociações.

A questão da colonização, pura e simplesmente, inutiliza a solução dos dois estados. Já aqui foi dito. Se tivermos a noção de que a colonização é uma ocupação gradual, cada colonato, cada israelita, cada posto avançado – que é, agora, a nova forma de colonização – que é construído na Cisjordânia ou em Jerusalém, é uma pazada no túmulo do processo de paz. Porque, quando chegarmos ao limite, por absurdo, quando se chegasse a um entendimento sobre as duas situações territoriais, afinal já não haveria dois territórios – haveria um só território, o território de Israel e o território ocupado por Israel. Daí que surja, por vezes, com alguma insistência e cada vez mais, mesmo em setores palestinos, a ideia de que a unificação da Palestina histórica num só estado não confessional começa a fazer o seu caminho, a par dos desequilíbrios demográficos, com o crescimento da população árabe e a sua sobreposição gradual à população judaica.

Isto já nos leva para outra questão. Isto é para deixar a ideia de que, sem a solução do problema palestino não há solução dos problemas do Médio Oriente. E não há solução, sem a participação direta do povo palestino na sua resistência, na sua luta, com a nossa solidariedade. E eu chamo a atenção para que a solidariedade da nossa parte tem que ser ativa e acompanhar, em cada momento, aquilo de que os palestinos mais necessitam. Se for útil um boicote aos produtos israelitas, que se faça um boicote aos produtos israelita, mas, sobretudo, tenhamos a noção de uma coisa: terá que vir de lá para cá e não de cá para lá. As necessidades dos palestinos terão que ser eles a dizê-las e a nossa solidariedade é fazer aquilo que eles considerem que seja útil. Daí, que seja importante a sua unificação. Oxalá se concretize, mas até eu ver o governo constituído e até à realização de eleições e mesmo depois disso...

Como sabem, as eleições palestinas livres que se realizaram em 2007 foram absolutamente boicotadas pelos chamados países democráticos porque, como sabem também, as eleições deram um determinado resultado, as instituições palestinas formaram democraticamente os seus governos, e a comunidade internacional, encabeçada pelos Estados Unidos,

entendeu por bem não reconhecer esses governos legítimos democráticos saídos de eleições e impor uma tutela que levou, inclusivamente, à ingerência gravíssima nos assuntos palestinianos, que está na gênese da divisão, e que levou, inclusivamente, a armar e a participar no apoio político e militar a um facção contra a outra.

Isto é, claramente, um estado de espírito para que não se resolva o problema. Porque há a noção de que, efetivamente, este Israel não quer que se resolva o problema, porque está bem assim, tem as costas quentes, está bem protegido, está completamente impune. Portanto, enquanto esta situação assim se mantiver, não sentem muito a necessidade de alterar a sua posição. Aliás, se notarmos, quando o primeiro-ministro de Israel visita a Casa Branca e o Presidente dos Estados Unidos diz alguma coisa que desagrade ao primeiro-ministro de Israel, as consequências são, normalmente, o isolamento do Presidente dos Estados Unidos e a vigência da posição do primeiro-ministro de Israel. Isto é uma questão que poucas vezes é focada, mas que é a questão real. Neste momento, em termos de poder exercido, em termos de chantagem geoestratégica, Israel exerce poder sobre as administrações norte-americanas e isso tem a ver com o desejo de controlo norte-americano sobre o Médio Oriente e, inclusivamente, tem a ver com o aquilo que o Coronel Matos Gomes já citou de Israel ser, de facto, o polícia da região, o polícia do Ocidente na região.

Queria passar à situação atual e desmistificar, à luz da questão palestiniana, aquilo a que se chama a Primavera Árabe. Estes batismos românticos de certas revoluções, como as revoluções coloridas e como outras coisas que têm surgido, têm sempre a sua face colorida, bonita, até aparentemente democrática, e depois têm as questões de fundo, que são essas que doem, são essas que é preciso que venham ao de cima para que não haja ilusões e para que, depois, não nos sintamos completamente enganados com aquilo que, de facto, está a acontecer.

E se eu pus, há bocadinho, um pequeno parêntesis na Tunísia, é porque a gênese e a genuinidade do processo tunisino, porque foi o primeiro, têm sido mantidas até agora. Ou seja, até agora, o desenvolvimento do processo da Primavera Árabe na Tunísia corresponde, de alguma forma, àquilo que foram as intenções decorrentes de uma revolta que foi, de facto, uma revolta popular, genuína, e com motivos objetivos e justificado. A partir daí, pouco mais se pode dizer sobre a genuinidade da Primavera Árabe.

Podemos ir, de alguma maneira, ao Egipto, mas aqui vemos que o processo foi, claramente, cavalcado pelos Estados Unidos através do aparelho militar. O aparelho militar egípcio é um braço armado do poder dos Estados Unidos na região ou, pelo menos, foi-se transformando, gradualmente, nisso, e tem um poder

determinante, quase um poder de última palavra sobre aquilo que se poderá passar no Egito. Ponho um grande ponto de interrogação no Egito, que eu encaro com algum ceticismo, porque o movimento popular foi, em bom português, empalmado pelas questões militares e pelas questões estratégicas internacionais. Afinal, é o mais populoso país árabe.

Depois, a partir daí, assistimos a um processo absolutamente absurdo na Líbia e, antes disso, em simultâneo com o Egito, assistimos a uma genuína tentativa de Primavera Árabe no Bahrain que, como sabemos, foi absolutamente cilindrada e, apesar de ser um movimento democrático, apesar de ser um movimento dos de baixo contra os e cima, apesar de ser um movimento contra a injustiça e contra a falta de democracia, não houve um só dedo ocidental que se tenha movido em defesa dos cidadãos do Bahrain e isso não é difícil perceber porquê: a quinta esquadra policial dos Estados Unidos está sediada no Bahrain e, portanto, ali não poderá acontecer nada. Ali, a ditadura é uma ditadura dos “bons”, não é uma ditadura que seja compatível com a democracia que poderia ser, eventualmente, uma democracia dos “maus” ou, pelo menos, daqueles que tivessem um sentido nacional, um sentido de justiça, um sentido de liberdade. Ali, a liberdade está entre parêntesis.

Na Líbia, digamos que começou por haver, de facto, nos primeiros dias, um movimento primaveril, mas aí, também, foram mais rápidos, aí foram ainda mais rápidos. Hoje, a Líbia tem uma situação verdadeiramente anárquica, nas mãos de mais de cem milícias desorganizadas, de milícias, clãs e tribos que têm os seus territórios próprios, os seus check-points próprios, os seus fuzilamentos próprios. O termo faroeste assenta ali perfeitamente. E isto é o resultado da primavera ocidental deixado na Líbia.

Tínhamos que chegar à Síria, porque aqui é, de facto, o ponto fulcral da questão. É a questão mais atual e também a mais fulcral. E atenção porque eu chamo-vos aqui a atenção para uma questão, e isto é muito importante, porque isso já vem desde o tempo do Iraque de Saddam Hussein: quando se contesta um movimento contrário ao regime, quem o faz é normalmente apontado como um defensor do regime; eu queria esclarecer já aqui que não me liga simpatia nenhuma à família Assad a não ser um aspeto extremamente positivo que é o da liberdade religiosa e laicidade do regime e a isso já lá iremos, porque isso entronca com tudo o resto.

A Síria é um país tampão em toda a região. A Síria é, tão só, o tampão que impede, para já, o ataque ao Irão, que impede uma desagregação total da situação no Médio Oriente como a conhecemos atualmente. Com a queda da Síria, o Iraque nunca mais será o mesmo. No Líbano, se repararem – chamo a atenção para isso – o norte do Líbano já está em desagregação porque é necessário um território de apoio aos grupos

terroristas que estão a ser injetados na Síria para desestabilizar e impedir o cessar-fogo e a questão síria é uma questão que deveríamos aprofundar muito mais, para além daquilo de que estamos a ser informados.

Eu divulguei há pouco – aquilo parece um pormenor – no facebook e tem vindo a escandalizar muita gente, com razão, uma fotografia do chamado massacre de Hula, o massacre que foi cometido, segundo toda a gente, pelo exército sírio, e sobre o qual ninguém se interroga e pelo qual se corta, inclusivamente, relações diplomáticas sem curarem de se informar, até pelo próprio governo português. Ora o massacre de Hula foi ilustrado pela BBC com uma fotografia, com um alinhamento de centenas de cadáveres embrulhados em lençóis brancos – a fotografia é trágica, o massacre também foi trágico, certamente – mas esta fotografia, que foi publicada pela BBC como sendo do massacre de Hula, de há 3 ou 4 dias, foi uma fotografia tirada em 27 de março de 2003 no sul do Iraque! E sabemos isto porque o fotógrafo autor da fotografia a reconheceu quando a BBC a publicou.

Ora, se o massacre de Hula é responsabilidade do governo sírio, como toda a gente diz, haveria provas que permitissem deduzir que assim era e não haveria necessidade de falsificar provas para dizer que foi assim que se passou. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está bem. E se pensarmos que ninguém divulga, ou é muito pouco divulgado, que grupos fundamentalistas islâmicos estão a ser formados no Kosovo, na Turquia, no norte do Líbano, e a ser injetados na Síria para impedirem o cessar-fogo determinado pelas Nações Unidas, que é apoiado pelo regime sírio, todas estas realidades dão que pensar.

Chamo também a atenção para outras coincidências. Por que é que o governo sírio iria praticar uma série de massacres, que iriam escandalizar o mundo, no dia em que iriam chegar os observadores das Nações Unidas? Por que é que o massacre era feito no dia da passagem à segunda fase do cessar-fogo, que era a negociação entre o regime sírio e a oposição (seja lá o que isso for, porque temos várias oposições e temos, de facto, a oposição “oficial”, que foi aquela que foi designada pelos Estados Unidos da América e pelos seus aliados)? E gostava de lhes chamar, ainda, a atenção para outro aspeto: por que é que a Irmandade Muçulmana tem hoje na Síria um papel que nunca teve? Porque tem sido, claramente, apoiada por esse eixo formado por Israel e Arábia Saudita. Parece um eixo contranatura, mas não é a primeira vez que funciona. Porque estas manobras de bastidores, é importante que as conheçamos, é importante que percebamos que elas existem e como elas funcionam.

E agora chamar-vos-ia a atenção para a importância que se atribui à substituição de regimes laicos ditatoriais – como eram os do Egito, como é o da Síria

– por regimes que só à partida poderão ser apresentados como democráticos, mas que irão seguir exatamente o mesmo caminho, sendo que serão radicais islâmicos. Estamos a assistir a uma tomada de poder do islamismo radical sobre a maioria dos países das chamadas primaveras árabes. É assim na Líbia, foi assim no Egito. Na Tunísia, apesar de o partido radical islâmico estar no governo, está em coligação e portanto, por enquanto, as coisas estão na área democrática. Mas nada disso acontece nos outros países ditos das primaveras árabes, desde o Líbano ao Egito, passando pela Líbia, passando pelo Iraque.

Chamo a atenção para o papel fulcral que a religião islâmica começa a ter. Não é a questão da religião islâmica, embora os regimes confessionais, do meu ponto de vista pessoal, me façam alguma confusão. E atenção que o regime de Israel também é, neste momento, um regime confessional, é um regime ditado pela religião. Só se fala, normalmente, no fundamentalismo islâmico, não se fala no fundamentalismo judaico, mas o fundamentalismo judaico, neste momento, é governo em Israel. São apenas parte do governo, mas têm um papel determinante no funcionamento das instituições porque a religião judaica está a funcionar em Israel um pouco como as mesquitas funcionam, cada vez mais, nos países árabes.

Qual é o papel do fundamentalismo e do sectarismo, do neo-sectarismo nos países árabes, que se está a sobrepor aos regimes laicos? Ele está a criar um mosaico que é a absoluta confusão. Observemos o jogo de forças sectárias que já foi tentado aplicar pelos Estados Unidos no início da segunda invasão do Iraque. Os Estados Unidos tentaram um cenário de divisão do Iraque em três países: um país sunita, um país xiita e um país curdo. Esse cenário foi abandonado a certa altura, as estão lá as géneses todas.

Vejamos, por alto, como estas coisas podem vir a acontecer na Síria. A Síria é dominada por uma minoria alauita, que é de origem xiita, e a origem xiita é aparentada, não com afinidade total, mas do ponto de vista da confessionalidade religiosa, com o Irão. E por que é que é atacada ferozmente, desde a Turquia à Arábia Saudita? Porque a maioria sunita, desde a Arábia Saudita, a todas as monarquias do Golfo, até à

Líbia, está em confronto com a minoria xiita. E a Síria é, neste momento, a charneira no confronto entre sunitas e xiitas.

A transferência de toda a questão laica e da questão democrática para as questões religiosas e sectárias é a nova realidade no Médio Oriente, que traz um cenário absolutamente trágico. O Ocidente e os Estados Unidos não aprenderam nada com o que fizeram no Afeganistão nos anos 80, que foi criar o fundamentalismo islâmico para seu próprio serviço. Criaram o Bin Laden, criaram os mujaedin islâmicos, criaram os talibã; criaram, depois, na Bósnia, o regime bósnio que, se o deixassem, seria fundamentalista islâmico; criaram o regime fundamentalista islâmico do Kosovo; e, enfim, continuam a não aprender e continuam a jogar com as mesmas armas em todo o Médio Oriente. E isto é a criação de uma confusão absoluta, de uma pré-situação de tragédia que, a não ser travada, a não ser travada a curto prazo, levará, inclusivamente, os criadores destas criaturas a não as conseguirem dominar, a serem por ela dominados, como já aconteceu e pode vir a acontecer, a serem vítimas das criaturas que criaram, a serem vítimas do próprio fundamentalismo islâmico. Brincou-se com o fogo, e o fogo já está ateado.

Daí a minha visão pessimista e daí, também, colocar muito nas mãos dos palestinianos – que são mais de sete milhões, a maioria forçados a viver no estrangeiro, e cerca de três milhões nos territórios ocupados ou cercados de Jerusalém Leste, Cisjordânia e Gaza – aquilo que poderá ser a necessária viragem no Médio Oriente. Mas, se também se deixarem influenciar pela questão religiosa – e Israel tentou aproveitar o Hamas através da questão religiosa para dividir os palestinianos, e isso foi no início dos anos 90, portanto já passou – se os palestinianos não se mantiverem unidos - e eles são, neste momento, a última fronteira – uma tragédia ainda maior, para mim, estará anunciada na região do Médio Oriente.

Eu peço desculpa por não acabar com muita esperança mas, olhando os factos, é impossível ter muita esperança no desenvolvimento que as coisas estão a ter.

Obrigado



INTERVENÇÃO DO DR. CARLOS ALMEIDA²¹



Muito boa tarde

O objetivo da minha intervenção era, de certa maneira, apresentar as conclusões desta iniciativa, mas é uma tarefa difícil. A diversidade e a qualidade dos contributos que aqui foram apresentados torna difícil estabelecer conclusões. Portanto, o que iremos ter é uma declaração do MPPM, que irei ler, que sintetiza o fruto que retirámos desta iniciativa.

Mas seja-me permitido, antes de passar a essa leitura, fazer duas ou três notas.

E começar, desde logo, e porque acho que é justo, e a Presidente certamente concordará, com uma nota de agradecimento à Universidade Lusófona pela sua disponibilidade para acolher esta iniciativa. Dirijo um agradecimento a muitas organizações que deram o seu contributo e que aqui estiveram durante a iniciativa: para além do CPPC e da CGTP, que aqui falaram, o Comité de Solidariedade com a Palestina, uma delegação do PCP e uma representação da URAP, organização com quem o MPPM já desenvolveu iniciativas. São colaborações com estas organizações, e muitas outras, que queremos continuar a manter para reforçar o trabalho de solidariedade com a causa do povo palestino.

Queria também fazer uma nota porque esta iniciativa que aqui estamos a realizar não teria sido possível sem o contributo discreto mas insubstituível do Vítor Pinto, que é o Coordenador do MPPM; sem o trabalho que quase não se nota mas fundamental do Amador Clemente, da Teresa Palma Fernandes, da Manuela Carrasco; sem a inesgotável energia e persistência do Silas Cerqueira; e sem o contributo muito tranquilo, mas fundamental, mesmo em momento complicado da sua vida, do José Neves, o Presidente da Assembleia Geral.

Queria dizer-vos, também, que esta iniciativa se desenvolve no contexto geral de uma ação que o MPPM vai desenvolvendo de forma muito diversificada. Um pouco um reflexo das intervenções que aqui apareceram, o MPPM tem desenvolvido

iniciativas de natureza cultural, de natureza política, de solidariedade, porque entendemos que tudo isso é um contributo para alargar a consciência e o conhecimento da opinião pública sobre a causa do povo da Palestina.

Evidentemente que todos gostaríamos que a sala sempre estivesse cheia como hoje, mas nós achamos que mesmo numa sala onde há dez pessoas, se nessas dez pessoas nós conseguirmos cativar mais uma para a causa do povo palestino, terá valido a pena o esforço para realizar essa iniciativa. E, portanto, é nas pequenas e nas grandes iniciativas que se conquistam vontades de homens e mulheres de boa vontade para prosseguir esta luta.

A causa do povo da Palestina defronta inimigos e adversários poderosos. E uma das armas que os inimigos e adversários poderosos utilizam é a da desumanização do povo da Palestina. Notem como é muito fácil, na opinião pública, conhecer o nome de um soldado israelita, mas quase nunca aparece o nome de um prisioneiro político palestino. E por essa razão, também, eu queria aproveitar esta ocasião – já aqui foi várias vezes falada a greve de fome dos presos palestinos – para lembrar que hoje há presos palestinos nas prisões israelitas que continuam em greve de fome. E queria falar-vos de um homem, para que aprendam também um nome palestino, um homem chamado Mahmoud Al Sarsak que é um jogador de futebol, um jogador de futebol que foi preso pelo exército israelita – imaginem bem porquê – no dia em que ia juntar-se à seleção nacional palestina num campo de refugiados da Margem Ocidental para participar num jogo de preparação da seleção palestina de futebol.

Mahmoud Al Sarsak está preso desde essa ocasião. Foi preso ao abrigo de uma lei, a chamada lei dos combatentes ilegais, que é um estatuto mais inadmissível que o próprio estatuto de prisão administrativa porque permite a continuidade da prisão sem culpa formada, sem julgamento, por tempo indefinido. Mahmoud Al Sarsak está preso desde junho de 2009 sem que tenha sido produzida contra ele uma única acusação e sem que tenha tido direito a julgamento. Al Sarsak está há 77 dias em greve de fome – há 77 dias! Eu recordo-vos que Bobby Sands, na Irlanda, esteve 65 dias. E eu não imagino que isto seja possível noutra parte do mundo, que não seja nas cadeias israelitas, que alguém possa estar em greve de fome durante 77 dias sem que haja na opinião pública, nos governos, na dita comunidade internacional, qualquer gesto de protesto junto de Israel que, inclusivamente, recusou, há dois ou três dias, que Mahmoud Al Sarsak fosse transportado para um hospital. Ele continua com 77 dias de greve de fome, numa cadeia, e Israel, há três dias, recusou o pedido apresentado pelos advogados para que ele fosse transferido para um hospital onde pudesse receber

²¹ O Dr. Carlos Almeida é Investigador e membro da Direção Nacional do MPPM

assistência médica conveniente, dado o seu estado que, como se imagina, é de grande debilidade.

E a greve de fome que foi levada a cabo pelos presos palestinos sintetiza muito bem três ou quatro aspetos que aqui foram falados sobre o drama do povo palestino.

Desde logo, o desequilíbrio de forças: é um povo contra uma máquina impiedosa, uma máquina militar, uma máquina propagandística que está em marcha. Foram perto de 2.000 presos políticos que estiveram em greve de fome, no meio do mais absoluto silêncio e sem que se manifestasse grande clamor na chamada comunidade internacional relativamente à condição daqueles presos.

Mas foi também uma luta que sintetiza o quadro que, aliás, foi muito bem desenhado pelo senhor Embaixador Riyad Mansour. Foi uma greve que trouxe a causa palestina para o terreno onde ela deve ser ganha. Desde logo, a luta nos territórios ocupados. É nos territórios ocupados, na luta concreta do povo face a face com a ocupação, que a causa do povo palestino deve ser ganha.

E depois, ela refletiu aquilo que muitos já aqui disseram: é a unidade do movimento de resistência nacional palestina, a sua mais importante conquista, o seu instrumento mais determinante para que a causa possa ter sucesso. Foram muitas, mesmo muitas, as tentativas de dividir os presos palestinos durante esta greve de fome, de criar divisões entre eles consoante as forças políticas que representam. E mesmo assim, o Comité dentro das prisões, que reunia representantes de todas as forças políticas, manteve-se unido e levou a luta até ao fim. É esse um exemplo que deve ser dado da importância estratégica fundamental da unidade do movimento de resistência nacional palestina.

Evidentemente, a par da luta do povo palestino é fundamental a atividade dos movimentos de solidariedade.

Aqui ficou, em várias intervenções, muito clara a relação indissolúvel que liga a causa do povo da

Palestina e a situação no Médio Oriente. Nós podemos dizer que por cada guerra que aconteceu no Médio Oriente, por cada intervenção estrangeira que aconteceu no Médio Oriente, se houve perdedores, um deles foi a causa do povo da Palestina. Se houve perdedores em todas as várias guerras que aconteceram e aquelas que ameaçam acontecer no Médio Oriente, foi a causa do povo da Palestina e esse foi um dos objetivos que se procuraram alcançar quando se perpetraram essas ofensivas. Portanto, a questão da paz no Médio Oriente é um elemento central que nos deve mobilizar a todos.

E há, claro, a questão dos direitos do povo palestino. A luta pelos direitos do povo palestino deve implicar todos os vários setores da sociedade, da opinião pública, fomentando todas as alianças, todas as convergências que foram necessárias para fazer avançar esta luta. Porque é nessa luta que se forjam os laços para o futuro, que se constrói o futuro.

Quando nós falamos – e eu estou inteiramente de acordo, e acho que foi um excelente contributo que aqui foi dado - sobre a educação para a paz -, eu quero dizer que, em minha opinião, se há escola onde se educa para a paz é, precisamente, nos movimentos de solidariedade, é, justamente, nas campanhas de solidariedade. É nas campanhas de solidariedade, nos movimentos de solidariedade que colocam lado a lado organizações palestinas e organizações israelitas que enfrentam a política israelita e que, lado a lado, defendem casa a casa, oliveira a oliveira, laranjal a laranjal, e, ao mesmo tempo, aqui em Portugal, também na capacidade de, por sobre muitas diferenças, podermos construir convergências em torno de uma causa que é uma causa de liberdade, que é uma causa de democracia, é aí, verdadeiramente, que se constrói o futuro, que se constrói a liberdade.

Dito isto, que são algumas notas, algumas reflexões que gostaríamos de vos deixar, vou então ler a declaração do MPPM.



DECLARAÇÃO DO MPPM

Em 29 de Novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 181 prevendo a criação de dois Estados no território palestino sob mandato britânico: um Estado Árabe e um Estado Judaico. Poucos meses depois, foi proclamado o Estado de Israel. Mas seis décadas e meia volvidas, os palestinos aguardam ainda o reconhecimento do seu Estado independente.

Ao longo de sessenta e cinco anos sucederam-se massacres, limpezas étnicas, destruições de casas e campos de cultivo, espoliações, guerras. Israel ocupou a totalidade do território palestino, bem como territórios de países árabes limítrofes. Milhões de palestinos formam hoje a maior comunidade de refugiados do planeta, vivendo em muitos casos em condições miseráveis. Sucederam-se promessas, processos negociais, acordos. Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU prometeram o respeito pelos direitos nacionais do povo Palestino e o regresso dos refugiados. Mas essas resoluções não passaram do papel. Do lado palestino foram feitas concessões sobre concessões. Reconheceu-se o direito à existência e à segurança do Estado de Israel. Aceitou-se que o futuro Estado palestino apenas ocupasse um quinto do território da Palestina. Nem assim o Estado Palestino surgiu. Com a convivência permanente dos Estados Unidos da América e outras grandes potências, Israel prossegue a ocupação e constrói novos colonatos em território ocupado. Apesar da condenação do Tribunal Internacional de Justiça da Haia, Israel ergueu o vergonhoso muro do apartheid, que divide territórios palestinos. O ataque militar à população civil de Gaza em 2008 mostra bem que para o poder em Israel, a violência bárbara é a única forma de “diálogo”. Milhares de palestinos continuam presos nas prisões de Israel, entre eles deputados e dirigentes políticos. A recente greve da fome, que impôs um recuo ao governo de Israel, enfrentou um generalizado muro de silêncio na chamada “comunidade internacional”, e a situação dos presos palestinos, apesar do recuo imposto, continua a reclamar a atenção mundial, por violar todas as normas humanitárias do direito internacional.

Em 2011, a Autoridade Palestina procurou que a Palestina fosse aceite como membro de pleno direito das Nações Unidas. O anúncio pelos EUA de que usaria do seu direito de veto inviabilizou qualquer aprovação no Conselho de Segurança. A consideração do caso na Assembleia Geral arrasta-se sem fim à vista. Hoje não existe nem a ficção de um processo negocial. O imobilismo na procura duma solução para a questão palestina contraria o espírito com que foi criada a Organização das Nações Unidas e os princípios da sua Carta.

A situação do povo palestino é uma afronta para toda a Humanidade, para o Direito Internacional, para o direito inalienável dos povos à sua autodeterminação. Mas é também uma ameaça para a paz em toda a região, como comprovam seis décadas e meia de História. Não pode haver paz no Médio Oriente sem a solução justa e duradoura da questão palestina. Nem haverá solução justa e duradoura da questão palestina sem paz no Médio Oriente. A actual escalada de ameaças, de agressões abertas ou encobertas, de aposta em actos de guerra, apenas conduzirá a que o drama que o povo palestino vive desde há décadas se transforme no drama de todos os povos da região. Com se tem comprovado pelos factos, com cada nova guerra, são mais os países destruídos, as vidas ceifadas, os campos de refugiados que se enchem, e os problemas que alegadamente as motivam, longe de se resolverem, apenas se agravam. É imperioso e urgente travar a corrida à agressão e à guerra, e os apetites de dominação imperialista sobre a região e os seus imensos recursos energéticos.

O Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), na sequência do Seminário Internacional sobre “A Questão Palestina e a Paz no Médio Oriente”, que organizou em Lisboa a 2 de junho de 2012,

- apela ao povo português e às suas organizações sociais e políticas, para que façam sentir a sua voz em defesa da paz no Médio Oriente, da solução política dos conflitos, da satisfação dos legítimos direitos do povo palestino, redobrando a sua solidariedade em todos os planos.
- exige que o governo português cumpra os preceitos constitucionais a que se encontra obrigado e defenda os princípios de convivência pacífica, de recusa da guerra nas relações internacionais, de respeito pela soberania de todos os países. Em particular, exige que o governo português – que hoje ocupa um assento no Conselho de Segurança da ONU - vote a favor do reconhecimento da Palestina como Estado-membro da ONU e promova, em todos os fóruns, uma política consistente e coerente, favorável à realização plena dos direitos nacionais do povo palestino e à paz no Médio Oriente.

Lisboa, 2 de junho de 2012

A Direção Nacional do MPPM

MENSAGEM DA CGTP-IN²²

Caros Amigos,

A CGTP-IN inscreve a luta pela paz e a solidariedade internacionalista como princípios fundamentais da sua acção. Para nós, a luta contra a exploração, pela justiça social e pela democracia é inseparável da luta pela Paz, pelos direitos humanos e pela soberania das nações como valores superiores e universais.



Empenhados na luta pela emancipação social de quem trabalha - em Portugal e por todo o mundo - temos estado na primeira linha do combate às injustiças, às desigualdades e assimetrias entre trabalhadores e entre povos e países; exigimos a erradicação da

fome e da pobreza, da guerra e do colonialismo; batemo-nos pela universalização e respeito pelos direitos humanos – nas suas dimensões política, económica, social e cultural; lutamos pelo fim da exploração capitalista e da dominação imperialista e por uma nova ordem internacional.

Nesta linha, temos, desde sempre, tido uma acção solidária, nos planos nacional e internacional, para com os trabalhadores e os povos vítimas de embargos e bloqueios imperialistas e em luta pela afirmação ou salvaguarda da sua independência, seja na América Latina, no Sahara Ocidental, no Médio Oriente ou noutros pontos do globo.

Por isso, embora impossibilitados de estarmos junto a vós no Seminário Internacional que promoveis, por realizarmos, à mesma hora, um grande Encontro Nacional de actuais e antigos dirigentes e colaboradores sindicais, vos queremos dizer que hoje, e sempre, estamos solidários com a causa, com os trabalhadores e o povo mártir da Palestina.

Na Palestina mártir prossegue o bloqueio, a ameaça latente, o lento extermínio de um povo heróico – sem terra, sem trabalho, sem casa, sem pão. Um povo que não verga, nem desiste, do seu direito inalienável ao estabelecimento de um Estado livre, independente e soberano, nas fronteiras anteriores à guerra de ocupação de 1967 e com capital em Jerusalém leste.

Estamos solidários:

- Porque não pactuamos com a mentira, a omissão, a parcialidade, a desinformação;
- Porque temos memória; porque interpretamos as verdadeiras motivações e objectivos da ocupação e do bloqueio sobre o povo palestino;
- Porque não é possível tolerar a reiterada impunidade de Israel e a cumplicidade da União Europeia e de instâncias internacionais.
- Porque, mais que nunca, é imperioso reforçar e dar expressão concreta à solidariedade com o povo palestino;
- Porque há que pôr fim imediato ao bloqueio e à ocupação, há que dismantlar os colonatos e muro de separação, há que libertar todos os presos políticos palestinos, há que promover o regresso dos Palestinos no exílio;
- Porque é preciso exigir a aplicação de verdadeiras soluções de Paz duradoura para a Região e pôr termo às ocupações, agressões e ingerências imperialistas no Médio Oriente;
- Porque acreditamos na solidariedade activa e na luta como motores da mudança por um futuro melhor e de Paz para a humanidade.

A LUTA CONTINUA, A PALESTINA VENCERÁ!



INTERVENÇÃO DO CPPC²³



Boa tarde a todos

Agradeço ao MPPM o convite para que o CPPC estivesse aqui hoje. Aliás, o MPPM e o CPPC são organizações que têm trabalhado lado a lado, não só na causa palestina, mas na defesa da luta dos povos e da luta pela paz. É

bom estarmos aqui juntos, mais uma vez, nesta iniciativa.

Eu não vou alongar-me muito sobre a causa palestina que já foi aqui abordada, de forma tão rica. Quero dizer que o CPPC quer reafirmar, tal como sempre o

²² Esta mensagem foi lida por Augusto Praça, membro da Comissão Executiva da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

²³ Intervenção, em representação do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Filipe Ferreira, membro da sua Direcção Nacional.

fez, que está ao lado do povo palestino, como está ao lado de todos os povos que lutam pela sua soberania e pela sua independência. Mas a causa do povo palestino tem sido uma causa algo especial para nós, pela qual continuaremos a lutar e a acompanhar, e podem contar com o CPPC.

O CPPC tem visitado várias vezes a Palestina, a mais recente foi no ano passado, numa missão do Conselho Mundial da Paz. E foi, também, inseridos nos trabalhos do CMP que estivemos, há um mês atrás, na Síria, onde pudemos visitar Damasco e Latakia, que é uma cidade a norte, a principal cidade portuária.

Quero-vos dizer que aquilo que aqui foi dito pelo jornalista José Goulão acerca da verdade que é transmitida nos media e a verdade real era algo que nós já sabíamos à partida, quando saímos de Portugal. Sabíamos que aquilo que iríamos encontrar não era aquilo que nos era dado conhecer pela comunicação social, mas não estávamos preparados para uma diferença tão grande para aquilo que encontramos.

Ao contrário do que nos era dito, o cenário não era de conflito generalizado, a vida nas cidades que visitámos decorre com normalidade, os serviços funcionam, as populações andam na rua. Havia, na altura, toda uma campanha eleitoral nas ruas, com cartazes, toda uma vida democrática. Também visitámos várias instituições da oposição, instituições ligadas ao governo, instituições da sociedade civil em que a participação da população e a consciência da população não têm nada a ver com a imagem que nos transmitem, quer da Síria em particular, quer como muitas vezes nos tentam transmitir de todo o mundo árabe onde, ao contrário do ocidente que seria uma sociedade onde reinaria a democracia, ali não seria o que se passava.

Encontrámos muitos cenários diferentes, muitas organizações diferentes, reunimos com líderes religiosos. E havia alguns traços que eram comuns a todos. Se alguns tinham críticas ao governo, e que as mantinham, ainda que reconhecessem que naquilo que se passava recentemente, com a nova Constituição, a nova lei eleitoral, havia passos positivos para a solução dos problemas que levaram às manifestações, inicialmente pacíficas e que depois foram aproveitadas por grupos armados para gerar um conflito, se alguns reconheciam que havia factos positivos, também reconheciam que havia mais a fazer mas, acima de tudo, o que era transversal a todos era a ideia de que o problema sírio tem que ser resolvido pelo povo sírio.

A campanha que é movida nos media e a nível internacional contra a Síria é algo cuja intenção não é a defesa dos interesses do povo sírio, é algo que as pessoas na rua, quando percebiam que éramos estrangeiros, que estávamos numa missão de solidariedade com a Síria, nos diziam: “Por favor, quando voltarem ao vosso país, contem a verdade

porque o que se passa no nosso dia-a-dia não é o que aquilo que nós vemos nos canais internacionais a que temos acesso, é uma campanha movida contra nós, os interesses são outros e são diversos”. Muitas das vezes um dos interesses identificados era o de destruir a Síria enquanto país tampão para a luta de muitos povos naquela região, nomeadamente a luta do povo palestino, e a importância fundamental que a Síria tem nesta luta.

Encontrámo-nos com representantes da comunidade palestina que está radicada na Síria e que nos diziam que, dos vários países onde existem refugiados palestinos, a Síria era aquele onde estavam mais integrados na sociedade local. Como tinham emprego, e pelas condições para os refugiados palestinos, identificavam-no como dos países que melhor os acolhia.

A mensagem que eu queria aqui trazer, para além solidariedade, da necessidade de estarmos solidários, do papel fundamental da luta do povo palestino, é chamar a atenção para este perigo que uma agressão à Síria, que se está a tentar montar, representa não só para o povo da Síria mas para todos os povos daquela região e para a paz, não só naquela região, como, também, depois, em todo o globo.

Gostaria ainda de dizer, por exemplo, no que respeita à questão religiosa, que a laicidade do estado sírio é omnipresente. Se por vezes se tenta fazer-nos crer - e é uma das coisas que tenta ser empolada também na Síria - que é um conflito religioso, isso é algo que não se nota nas ruas. A convivência entre várias etnias, entre várias religiões, é perfeitamente normal. No mesmo sítio, e com uma convivência perfeitamente tolerante, podemos ver desde mulheres de burka a mulheres sem lenço, gente de várias religiões e várias etnias.

Todos diziam o mesmo, incluindo os líderes religiosos com que nos encontramos, e posso citar, por exemplo, uma coisa que dizia um mufti sírio, um líder muçulmano: “Se lhes disserem que há guerras religiosas, não acreditem. Nunca há guerras religiosas, quando muito, há guerras entre clérigos religiosos que tentam defender os seus interesses, mas uma guerra religiosa é algo que não existe. Nós, na Síria, somos, antes de mais, antes de sermos muçulmanos ou cristãos, somos sírios e queremos defender a nossa soberania, defender a paz para o nosso povo, Portanto, em relação a esta questão, se não forem estes os factos que lhes apresentarem” - e ele dizia isso em nome da sua comunidade - “não será isso que se passa”.

Queria agradecer, uma vez mais, o vosso convite e afirmar que continuaremos, lado a lado, a lutar pelos direitos inalienáveis do povo palestino e de todos os povos que estão em luta.

Obrigado

INFORMAÇÃO AO COMITÉ DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A VISITA A LISBOA²⁴

“Permita-me, também, o Comité que preste algumas informações sobre os resultados das reuniões bilaterais com os deputados portugueses e representantes da sociedade civil durante uma visita a Lisboa em 2 de junho por uma delegação do Comité composta pelo Embaixador Riyad Mansour e por mim próprio.

O objetivo destas reuniões foi sensibilizar os parlamentares e académicos portugueses para a causa da Palestina, receber informações sobre as atividades da sociedade civil neste sentido e explorar a possibilidade de organizar, em tempo oportuno, uma reunião internacional das Nações Unidas sobre a questão da Palestina em Lisboa.

Em nome do Comité, eu quero expressar a minha sincera gratidão ao Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Oriente Médio, que organizou a nossa visita a Lisboa e coordenou as reuniões com parlamentares e debate académico.

Tivemos a oportunidade de ter um diálogo produtivo com parlamentares dos seis principais partidos políticos, incluindo os dois partidos da coligação no poder, o Partido Social-Democrata e o Partido Popular. A nossa discussão centrou-se na possibilidade de estabelecer um grupo de amizade entre parlamentares palestinos e portugueses, o reconhecimento do Estado da Palestina e a posição do Governo Português na Organização das Nações Unidas sobre a questão da Palestina, incluindo o nosso Comité.

Na parte da tarde, a delegação do Comité participou num debate na Universidade Lusófona de Lisboa, com académicos, jornalistas e representantes da sociedade civil, que defenderam a causa da Palestina e insistiram no direito do Estado Palestino a ser reconhecido pela comunidade internacional. O debate foi sancionado por uma declaração de apoio do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Oriente Médio por uma Palestina independente e uma oferta do reitor da Universidade de usar as suas instalações para realizar a reunião das Nações Unidas.”



²⁴ Relato do Embaixador Abdou Salam Diallo, Presidente do Comité das Nações Unidas pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, na 343ª reunião do Comité, realizada em 12 de junho de 2012.

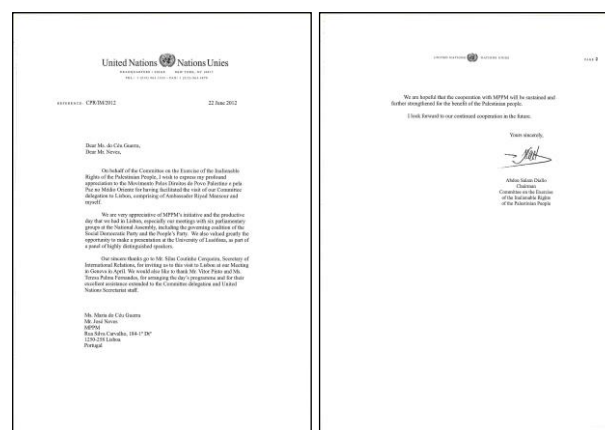
CARTA DE AGRADECIMENTO DO COMITÉ DAS NAÇÕES UNIDAS PELO EXERCÍCIO DOS DIREITOS INALIENÁVEIS DO POVO PALESTINO

22 de junho de 2012

Cara Sr^a [Maria do] Céu Guerra

Caro Sr. [José] Neves

Em nome do Comité pelo Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, quero exprimir o meu profundo reconhecimento ao Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente por ter organizado a visita a Lisboa da delegação do nosso Comité, composta pelo Embaixador Riyad Mansour e por mim próprio.



Apreciamos muito a iniciativa do MPPM e o dia produtivo que tivemos em Lisboa, em especial as nossas reuniões com os seis grupos parlamentares da Assembleia da República, incluindo a coligação governamental do Partido Social Democrata e do Partido Popular. Também valorizamos muito a oportunidade de fazer uma apresentação na Universidade Lusófona, integrados num painel de distintos oradores.

Dirigimos os nossos sinceros agradecimentos ao Sr. Silas Coutinho Cerqueira, Secretário para as Relações Internacionais, por nos ter convidado a visitar Lisboa na nossa Conferência de Genebra, em abril. Queremos também agradecer ao Sr. Vítor Pinto e à Sr^a Teresa Palma Fernandes por terem organizado o programa do dia e pelo excelente apoio dado à delegação do Comité e ao membro do Secretariado das Nações Unidas.

Esperamos que a cooperação com o MPPM continue e se fortaleça para benefício do povo Palestino.

Fico na expectativa da nossa cooperação futura

Com os meus cumprimentos

Abdou Salam Diallo

Presidente
Comité pelo Exercício
dos Direitos Inalienáveis
do Povo Palestino